Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA

Rio de Janeiro, Sexta-feira, 13 a domingo, 15 de Novembro de 2026 | www.correiodamanha.com.br | Ano CXXV Nº 25.143 | R$ 4,00

STF: Zanin nega segundo turno no Rio

CAPPELLI - PÁGINA 2

CM



E agora Dudu...

E agora Dudu?
As urnas falaram...
O povo votou...
O Ruas venceu...
Seu plano falhou...
O Couto não funcionou...

E agora Dudu?
Não pode agora ser candidato a prefeito..
Lula ganhou...
O 2º turno não veio...
Você sobrou...
Zanin.negou...
O interior lhe abandonou...
Sua arrogância falou...

E agora Dudu?
Seu candidato ao Senado afundou...
Seu rapaz ficou sem mandato...
Sua campanha agressiva falhou...
Seu marqueteiro lhe derrotou...

E agora Dudu ...
A sua gávea apequenou...
Sua laranjeira não vingou...
E o povo lhe despejou....

E agora Dudu?
A Globo chorou...
O Globo errou...
A esquerda reclamou...
Só a BYD lhe restou...

A festa acabou, a luz apagou,
o povo sumiu, a noite esfriou,

e agora, Dudu?

(Por Claudio Magnavita, inspirado no poema "E Agora José" de Carlos Drummond Andrade).



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

ROSINEI COUTINHO/STF



Cristiano Zanin decidiu monocraticamente ampliar por duas horas o funcionamento das seções eleitorais

Zanin enfim acerta ao reconhecer o limite do STF sobre decisões da Justiça Eleitoral

■ A atuação do ministro Cristiano Zanin (STF) nas eleições de 2026 expõe duas posturas distintas diante da fronteira entre o Supremo e a Justiça Eleitoral. Se no segundo turno da disputa presidencial Zanin assumiu um papel de protagonismo extremo — interferindo diretamente na organização do pleito ao determinar a extensão do horário de votação em todo o país até as 19h —, no impasse sobre o governo do Rio de Janeiro o ministro adotou o caminho oposto e acertou ao frear a judicialização.

■ No domingo do segundo turno presidencial, em 25 de outubro, diante de relatos de dificuldades no transporte público apresentados pelas campanhas à Presidência, Zanin decidiu monocraticamente ampliar por duas horas (até as 19h, no horário de Brasília) o funcionamento das seções eleitorais que ainda estavam abertas às 17h em território nacional.

■ A medida colocou o STF no centro operacional da votação e atropelou o rito ordinário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão constitucionalmente encarregado de conduzir e gerir o processo eleitoral. O episódio alimentou críticas sobre o avanço do Supremo em atribuições típicas da Justiça especializada.

■ Agora, no entanto, ao analisar a ação movida pelo diretório nacional do Partido Social Democrático (PSD) — legenda de Eduardo Paes — para tentar forçar a realização de um segundo turno contra Douglas Ruas (PL) no Rio de Janeiro, Zanin demonstrou senso de limite institucional.

■ Nesta quinta-feira (12), o ministro indeferiu o pedido de liminar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1362, que buscava suspender os efeitos da decisão do TSE responsável por anular os 274.411 votos de Anthony Garotinho (Republicanos) e recalcular os percentuais do primeiro turno — retotalização que elevou Ruas de 49,27% para 50,88% dos votos válidos e garantiu sua eleição ainda na primeira etapa.

■ Ao negar a liminar, Zanin deixou claro que o Supremo não pode ser usado como uma instância recursal paralela para rever decisões concretas da Justiça Eleitoral. Na avaliação do relator, a ADPF é uma via processual inadequada e não serve como atalho para impugnar pronunciamentos específicos do TSE.

STF rejeita por unanimidade pedido de Eduardo Bolsonaro para derrubar mandado de prisão

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Eduardo Bolsonaro está nos EUA

■ A Segunda Turma do STF rejeitou, por unanimidade, um recurso apresentado pela defesa de Eduardo Bolsonaro para tentar derrubar o mandado de prisão expedido contra ele pelo ministro Alexandre de Moraes. O julgamento ocorreu em sessão virtual encerrada na terça-feira (10) e manteve a decisão do ministro Dias Toffoli, que havia barrado o habeas corpus apresentado pelos advogados.

■ Eduardo foi condenado a 4 anos e 2 meses de prisão, em regime inicial semiaberto, pelo crime de coação no curso do processo, previsto no artigo 344 do Código Penal. A defesa buscava suspender os efeitos do trânsito em julgado da condenação, certificado em 5 de outubro, e os atos determinados por Moraes dois dias depois.

■ Entre os pedidos apresentados estavam o recolhimento do mandado de prisão, sua retirada do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) e a suspensão da ordem de cancelamento dos passaportes do ex-deputado.

■ Os advogados também solicitaram que, caso a prisão fosse mantida, Eduardo fosse intimado para iniciar o cumprimento da pena em regime semiaberto. Na ausência de vaga adequada, pediram a possibilidade de prisão domiciliar com monitoramento eletrônico.

■ Em decisão de 19 de outubro, Toffoli negou seguimento ao habeas corpus por entender que a jurisprudência do STF não admite esse tipo de ação contra decisões individuais de ministros da própria Corte.

■ O ministro ressaltou que possui entendimento pessoal diferente, mas afirmou que seguiria a posição predominante do tribunal.

■ "Ressalvo meu entendimento pessoal, porém, à luz do princípio da colegialidade, inadmito a impetração por aplicação analógica do enunciado da Súmula nº 606/STF", escreveu.

■ A defesa recorreu da decisão, mas os integrantes da Segunda Turma acompanharam Toffoli e rejeitaram o agravo regimental por unanimidade.

TCU reconhece falta de dados sobre gastos de Janja com aviões da FAB mas descarta nova auditoria

■ O Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu que não dispõe de dados consolidados sobre os gastos com aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) utilizadas para atender à agenda da primeira-dama Janja, esposa do presidente Lula. Apesar da ausência dos valores, a área técnica do tribunal propôs encerrar o processo sem realizar uma nova auditoria para calcular as despesas.

■ A informação consta do processo no Tribunal que analisa um pedido da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, apresentado a partir de requerimento do deputado Evair Vieira de Melo (PP).

■ No documento, o TCU admite que a fiscalização anterior não calculou o montante gasto com aeronaves da FAB para atender à primeira-dama e sua equipe. O tribunal analisou a legalidade da utilização dos aviões militares, mas não realizou um levantamento contábil dos custos.

■ Segundo o relatório, a obtenção dos valores exigiria uma fiscalização mais abrangente, incluindo despesas diretas e indiretas dos deslocamentos e informações de diferentes órgãos federais.

■ "Um posicionamento completo nos exatos termos quantitativos e comparativos pretendidos pela CFFC dependeria da instauração de procedimento fiscalizatório de escopo ampliado", afirma o documento.

■ A ausência de dados consolidados também atinge os salários e benefícios dos servidores que prestam apoio a Janja desde 2023. O TCU não apresentou o custo total dessa estrutura nem comparou as despesas com as de primeiras-damas de governos anteriores.

■ O relatório também aponta que passagens e diárias podem ser custeadas por diferentes órgãos, como a Casa Civil, ministérios relacionados aos eventos e entidades responsáveis pelos convites, conforme a natureza dos compromissos.

■ Apesar das lacunas, a área técnica considerou suficiente uma decisão anterior do TCU que não identificou elementos de irregularidade capazes de justificar o aprofundamento da fiscalização. Com isso, propôs comunicar as conclusões à Câmara e encerrar o processo, sem recomendar uma nova auditoria para consolidar os gastos.

PINGA-FOGO

■ **DOUGLAS RUAS COMANDA PESSOALMENTE REUNIÃO DE TRANSIÇÃO NA ÁREA DE SEGURANÇA E LEVA NOVOS TITULARES - A reunião de segurança pública do grupo de transição do governo do Rio, que estava prevista para esta quinta, 12, foi transferida para sexta feira, 13, já que o governador eleito Douglas Ruas fez questão de participar pessoalmente e levar o novo secretário de Segurança Pública, Lauro César Lethier Rangel.**

■ Rangel participará da reunião levando a sua futura assessora especial, a Coronel Reis Santos e o futuro chefe de Polícia, delegado Robson da Costa Ferreira da Silva, atual controlador da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

■ **MINISTÉRIO PARA PAES SÓ NA COTA PESSOAL DE LULA - O ex-prefeito Eduardo Paes volta a ser lembrado para ministro do Presidente Lula. Como o PSD deverá ter a pasta da Cidades, que tem como primeiro candidato o próprio presidente do partido, Gilberto Kassab, o ministério destinado a Paes será da cota pessoal do próprio Lula.**

■ A pasta do Turismo fica longe do radar do próprio Eduardo Paes e de Marcelo Freixo do PT. Ela deverá continuar nas mãos do União Brasil no acordo selado entre os presidentes Antônio Rueda (União) e Edinho Silva (PT).

■ **O DESTINO DE PEDRO PAULO EM 2027 - Dentro da reforma administrativa na Prefeitura do Rio, haverá uma redução de secretarias e a criação de uma super pasta, para abrigar o deputado federal Pedro Paulo, que ficou sem mandato.**

■ A primeira opção de PP é continuar em Brasília. Se Eduardo assumir um ministério, ele poderá ser o secretário-geral, o equivalente a vice-ministro.

■ **Na prefeitura, Pedro Paulo voltará a ter o status de primeiro-ministro, cuidando da Fazenda e do Planejamento, como já fez anteriormente.**

■ TURISMO E CULTURA JUNTOS NO GOVERNO DOUGLAS RUAS - Dentro do enxugamento de secretarias no Governo de Douglas Ruas, deverá haver a união das pastas do Turismo com a Cultura, fórmula que deu certo em vários estados, inclusive em Minas. No governo Bolsonaro, o ministério do Turismo e da Cultura estiveram juntos.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

Judiciário e agronegócio debatem aplicação da legislação em Fórum Nacional no CNJ

O corregedor-geral da Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Cláudio Brandão, participou, na última quinta-feira, 12/11, em Brasília, do Diálogo Nacional do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Brandão integrou a mesa com o tema "Acesso à recuperação judicial, documentação e contestação prévia", ao lado de magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), como a desembargadora Monica Di Piero, a juíza Carolina Rossy e a Juiza Clarissa Somesom Tauk, Juíza Auxiliar do CNJ e secretária-geral do Fonaref.

CM



O presidente da mesa desembargador Cláudio Brandão com a desembargadora Mônica Di Piero e as juízas Clarissa Tauk e Caroline Rossy

O encontro reuniu representantes do Judiciário, do agronegócio e de instituições públicas para debater a aplicação da legislação e os desafios da insolvência no campo, além de questões relacionadas à recuperação empresarial e às falências.

Sesc Natal RJ abre temporada de celebrações com árvore de 33 metros em Petrópolis

O presidente do Sistema Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, participou nesta quarta-feira (11) da abertura do Sesc Natal RJ 2026, no Centro Cultural Sesc Quitandinha, em Petrópolis. A cerimônia marcou o acendimento de uma árvore de 33 metros, com 42,7 mil pontos de luz. A programação inclui atrações culturais e iluminação temática em 44 municípios fluminenses, com celebrações até 6 de janeiro de 2027, reunindo famílias e visitantes em diversas localidades.

SESC RJ



Presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio participou do acendimento da árvore

CM



FOTOS TRE-RJ



Novo cálculo dos quocientes alterou a composição parlamentar para deputado estadual, mas manteve a de deputado federal



Sob a presidência do desembargador Claudio de Mello Tavares, o TRE-RJ revisou a situação de 26 candidatos a deputado federal e estadual, convertendo registros pendentes em deferimentos ou indeferimentos

Retotalização no TRE-RJ elege Luiz Antonio Martins para a Alerj; PL perde uma cadeira

A retotalização de votos das Eleições 2026 realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), nesta quinta-feira (12), no auditório do Palácio da Democracia, tornou eleito Luiz Antonio Martins (Federação PSDB/Cidadania) para deputado estadual. Com o novo cálculo, o Partido Liberal (PL) perdeu uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e passou a ter Felipe Ferreira como 1º suplente. A alteração é para a próxima legislatura. Não houve nenhuma mudança de cadeira para o cargo de deputado federal no estado do Rio.

O edital com a lista das(os) candidatas(os) foi publicado no Diário da Justiça eletrônico (DJe) 302 páginas 21 e 22, disponível no site do TRE-RJ, bem como consta dos autos da Apuração de Eleição.

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Valdemar no PL sente as dores do crescimento

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, ficará montado numa grana que vai se aproximar de R$ 1 bilhão. Nas eleições deste ano, o PL já era o partido com maior montante de recursos do Fundo Partidário: R$ 881,6 milhões. Em 2022, elegeu 106 deputados. Agora, foram 121. Como é a partir daí que se faz o cálculo da divisão da bolada entre os partidos, o valor destinado ao PL será, então, ainda maior.

Quando herdou a legenda de Álvaro Valle, o PL era um partido de porte médio. Valdemar transformou-o no maior partido do país, mas agora parece sentir as dores desse crescimento. Como aqueles adolescentes que crescem demais e começam a sentir dores ósseas e musculares, Valdemar tem tido problemas para continuar comandando o PL como sempre comandou. Para não perder poder, ele sempre centralizou nele as decisões. Sente agora o peso da idade – está com 77 anos – e a complexidade de administrar um partido que cresceu demais e a partir da adesão de um líder que não é ele, mas o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A todo momento, então, o pragmatismo que sempre marcou a tática política de Valdemar se choca com o modelo mais ideológico de extrema direita e do bolsonarismo. De novo, isso acontece agora na discussão sobre como o PL irá atuar na sucessão do Congresso em fevereiro do ano que vem.

Embora tenha conquistado as maiores bancadas tanto na Câmara quanto no Senado, o PL não largou bem na discussão sobre quem irá comandar as duas Casas. Na Câmara, foi completamente atropelado pela composição que o atual presidente, Hugo Motta (Republicanos-PB), montou para se reeleger.

Pragmático, Valdemar tenta convencer o partido que não parece haver, a essa altura, saída que não seja acabar compondo também com Hugo Motta. As regras da Câmara determinam que a eleição é para a Mesa Diretora. Ou seja, os cargos são distribuídos entre os partidos que compõem a chapa vencedora. E para as comissões os cargos são distribuídos a partir dos blocos formados. E os partidos que apoiam Motta formarão um imenso bloco a seu favor.

Assim, se o PL resolver lançar um candidato contra Hugo Motta, ficando fora da sua chapa, corre o risco de perder tudo. Valdemar tenta convencer a bancada que esse risco envolveria algo em torno de cem cargos na estrutura da Câmara.

Contra essa visão pragmática, porém, há os interesses políticos e ideológicos. Primeiro, pode haver uma resistência do governo Luiz Jnácio Lula da Silva (PT) em compor a chapa de Hugo Motta se também lá estiver o PL. E, pelo lado do PL, da mesma forma há essa avaliação sobre se é conveniente estar no Congresso numa mesma composição que o PT.

Valdemar tem comando sobre os pragmáticos que sempre estiveram com ele no PL. Mas não comanda os ideológicos. Seu problema hoje: ninguém os comanda. A referência é o ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas ele está em prisão domiciliar. E Valdemar só pode vê-lo e pedir alguma interferência se tiver autorização para isso do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Os dois filhos de Bolsonaro que atuam na articulação política – Flávio e Eduardo – optaram por viver nos Estados Unidos. E não têm muito diálogo com Valdemar. O presidente do PL tem diálogo com Michelle. Mas o clã não a considera muito como parte da família nem ela tem muito gosto por um tipo de articulação, digamos, mais coletiva. Sem contar que vem sendo seduzida a trocar o PL pelo Republicanos.

Valdemar está como aquele garoto que cresceu e vai se tornar craque no basquete. Tende a brilhar. Mas, até lá, esse crescimento traz problemas e, às vezes, dói um bocado...

FERNANDO MOLICA

Jornalista

Rio de Janeiro: a parceria no crime

Ao cravar que 32,2% dos moradores do Estado do Rio vivem em áreas dominadas por organizações criminosas, o Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão oficial, delimitou o tamanho de uma tragédia que ameaça nossa democracia e nossa soberania.

Um poder que jamais teria sido conquistado e consolidado sem que houvesse estímulo, parceria e cumplicidade de agentes do Estado — é inimaginável que bandidos conquistassem tamanha relevância sem a existência de uma espécie de PPP, parceria público-privada.

A experiência, infelizmente abadonada, das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) revelou o óbvio: o Estado brasileiro era capaz de, com facilidade, retomar territórios ocupados por quadrilhas, por mais armadas que estivessem.

A lenda de que tais espaços eram inexpugnáveis não passava de uma tentativa de deixar tudo como estava, uma estratégia que escondia interesses dos que lucram com o processo de submissão de mais de cinco milhões de fluminenses.

E até risível achar que o Estado brasileiro — com suas polícias e forças armadas — seria incapaz de retomar comunidades localizadas e delimitadas. A exaltação do poder dessas organizações servia e serve para impedir qualquer mudança, para manter a rotina de operações sangrentas e inúteis, para simular combates.

Uma lógica que mantém — como foi dito há alguns anos — a polícia como uma espécie de agência reguladora do tráfico. Dados disponíveis na página do Ministério Público do Rio mostram que, entre junho de 2020 e setembro de 2026, as polícias fluminenses realizaram 5.895 operações em favelas; praticamente, mil por ano, 80 por mês, 2,6 por dia: ao longo desse tempo, o poder das organizações criminosas apenas cresceu.

O resultado do bangue-bangue disfarçado de combate ao crime não representa, porém, um fracasso, mas o sucesso das várias versões de PPPs estimuladas por políticos que promovem matanças periódicas para assim esconderem sua cumplicidade com o crime.

As prisões de figuras de destaque da política brasileira suspeitas de ligações com bandidos — como os ex-presidentes da Assembleia Legislativa do Rio e da Câmara de São Paulo — são, para usar a velha imagem, pontas de icebergs.

Rodrigo Bacellar e Milton Leite, os dois presos, não podem ser considerados representantes da maioria dos parlamentares brasileiros, mas estão longe de se constituírem em casos isolados. Não conquistariam posições tão importantes se não estivessem articulados com muitas outras pessoas, inclusive com outros políticos que adoram engrossar a voz contra bandidos que tanto cultivam nos bastidores.

A aprovação da PEC da Segurança Pública dá ao presidente Lula (PT) instrumentos que, segundo ele, são capazes de interromper o sequestro do país por bandidos de diversos calibres. Resta saber se ele terá vontade e condições políticas para não se limitar a prender os suspeitos de sempre.

EDITORIAL

Brasil envelhece, mas não se prepara para o futuro

O envelhecimento da população brasileira deixou de ser uma projeção distante para se tornar uma realidade que exige respostas imediatas. O país está mudando sua estrutura demográfica, com famílias menores, aumento da expectativa de vida e crescimento acelerado da população idosa. O problema é que as políticas públicas, a infraestrutura urbana e o próprio mercado de trabalho ainda não acompanham essa transformação. O Brasil está vivendo mais, mas ainda não conseguiu organizar as condições necessárias para que seus cidadãos envelheçam com dignidade.

Viver mais deveria representar uma conquista coletiva. Entretanto, para milhões de brasileiros, a longevidade vem acompanhada de incertezas. Aposentadorias insuficientes, dificuldades de acesso à saúde, falta de cuidadores, mobilidade urbana inadequada e ausência de uma rede de apoio familiar transformam o envelhecimento em um desafio cotidiano. Em muitos casos, a responsabilidade pelo cuidado recai sobre parentes que também precisam trabalhar, sustentar suas famílias e enfrentar as próprias dificuldades financeiras.

O sistema de saúde precisará se adaptar a essa nova realidade. Uma população mais velha demanda acompanhamento contínuo, prevenção, atendimento especializado e estruturas capazes de lidar com doenças crônicas e limitações físicas. Não se trata apenas de ampliar hospitais ou contratar profissionais, mas de organizar uma rede de assistência que ofereça atendimento humanizado, acompanhamento domiciliar e condições para preservar a autonomia dos idosos. A atenção básica, nesse contexto, assume papel fundamental para evitar que problemas de saúde se agravem e sobrecarreguem os serviços de emergência.

Outro ponto preocupante é a falta de estrutura das cidades. Calçadas esburacadas, travessias perigosas, transporte coletivo sem acessibilidade e prédios públicos inadequados dificultam a circulação de quem possui limitações de mobilidade. O que deveria ser um direito básico, como sair de casa, utilizar o transporte público ou frequentar uma praça, muitas vezes se transforma em uma tarefa complicada. Planejar cidades para os idosos significa, na verdade, construir espaços melhores para todos.

Há ainda uma questão econômica que não pode ser ignorada. Com menos jovens ingressando no mercado de trabalho e mais pessoas dependendo da Previdência e dos serviços públicos, o país terá de discutir produtividade, financiamento da proteção social e novas formas de organização do trabalho. A sustentabilidade do sistema previdenciário exige planejamento de longo prazo, transparência e responsabilidade.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

MPSP



Liliana recebeu 189 votos e terá Sérgio de Passos Simas como vice

MPSP elege Liliana Mercadante Mortari como corregedora-geral

Liliana foi eleita corregedora-geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o próximo biênio, em votação realizada nesta quarta (11), por sistema eletrônico, com a participação de 311 procuradores de Justiça. A chapa vencedora recebeu 189 votos, correspondentes a 60,8% dos votos registrados, e terá Sérgio de Passos Simas como vice-corregedor-geral. A candidatura adversária, formada por Gilberto Nonaka e Pedro Ferreira Leite Neto, obteve 117 votos. Também foram contabilizados dois votos em branco e três nulos. A eleição foi conduzida pelo Colégio de Procuradores de Justiça, sob a presidência do procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa. A Corregedoria-Geral é responsável pela fiscalização e orientação da atuação funcional dos membros do Ministério Público, além de inspeções e acompanhamento do cumprimento dos deveres de promotores e procuradores. O mandato terá duração de dois anos.

Angra lança Calendário Oficial de Eventos

Angra dos Reis lançou o Calendário Oficial de Eventos 2027. A cerimônia aconteceu na Casa Larangeiras e apresentou as atividades culturais, esportivas e religiosas previstas para o próximo ano. A iniciativa permite que moradores e visitantes tenham conhecimento antecipado da programação da cidade. Eventos já tradicionais, como o Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande e a Festa Internacional de Teatro de Angra dos Reis (FITA), ganharão a companhia de novas atrações.

DIVULGAÇÃO/PMAR



A cerimônia de lançamento do Calendário 2027

Planejamento estratégico

Detalhe: o calendário é também uma ferramenta estratégica para o planejamento e a divulgação dos eventos, contribuindo para dar previsibilidade ao mercado, fortalecer a economia local e impulsionar o turismo em Angra dos Reis. E mais: a organização da publicação ficou sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação, que coordenou a elaboração do calendário e promoveu um concurso para selecionar as fotografias que ilustram a edição.

Programação musical

O cantor e compositor Tiago Iorc abre a programação musical na sexta-feira, 14 de maio. Um dos principais nomes da música pop brasileira contemporânea, com mais de 15 anos de carreira, ele conquistou o público com canções que combinam pop, folk e MPB e marcadas por melodias delicadas e letras românticas. No sábado, 15 de maio, será a vez de Fagner subir ao palco.

'Alívio Pontual'

A Fiesp classificou como um alívio pontual a decisão liminar do ministro Flávio Dino, do STF, sobre a implementação da nova jornada de trabalho. Para a entidade, a medida representa um primeiro sinal de flexibilização diante da complexidade da mudança, mas não resolve integralmente os problemas decorrentes da alteração.

Negociação Coletiva

A decisão do STF reconhece a possibilidade de negociação coletiva para flexibilizar a compensação de folgas na escala 5x2. Para a Fiesp, o entendimento representa um avanço ao considerar as particularidades das relações de trabalho e evitar que um cronograma rígido desconsidere a realidade produtiva dos diferentes setores.

Prazo Insuficiente

A entidade considera insuficiente o prazo de 60 dias previsto para a conclusão de novas convenções nos setores afetados. Segundo a Fiesp, uma transformação dessa magnitude exige planejamento, diálogo com os segmentos econômicos e um período de adaptação compatível com as condições do mercado.

Pressão Inflacionária

A Fiesp alerta para os efeitos do fim da escala 6x1 sobre os custos de produção e a inflação. A entidade cita manifestação do Banco Central na ata mais recente do Copom sobre o tema e avalia que o aumento de preços, combinado ao crédito caro, penaliza empresas e famílias brasileiras, com reflexos sobre o poder de compra.

Crédito Caro

Na avaliação da Fiesp, a combinação de pressão inflacionária e juros elevados aprofunda o endividamento generalizado da economia. A entidade sustenta que mudanças nas jornadas de trabalho precisam considerar seus impactos sobre a atividade produtiva, os custos empresariais e a capacidade financeira das famílias.

Transição Ampliada

A Fiesp espera que o plenário do STF prorrogue por 12 meses a entrada em vigor das regras previstas na Emenda Constitucional 141/2026. A entidade cita como referência cronogramas de adaptação adotados por países como Chile, Colômbia e México, considerados exemplos de transições mais estruturadas e compatíveis com a realidade econômica.

TON MOLINA/AGÊNCIA SENADO



Senado aprovou texto-base do pacote de ajuste fiscal para 2027

Governo aprova o texto-base do ajuste fiscal no Senado Federal

Governo aceitou mudanças; destaques serão votados na próxima semana

Por **Beatriz Matos**

Após dois dias de negociações, o governo Lula (PT) conseguiu aprovar, nesta quinta-feira (12), o texto-base do pacote de ajuste fiscal para 2027 no Senado. Foram 45 votos favoráveis e 31 contrários, em uma sessão marcada por bate-boca e tentativas da oposição de adiar a deliberação. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), encerrou os trabalhos e deixou a análise de quatro destaques para a próxima semana.

O senador Magno Malta (PL-ES) apresentou sucessivas questões de ordem, sustentando que o regimento previa um intervalo de quatro sessões após a aprovação da urgência. Alcolumbre rejeitou os pedidos, argumentando que a votação no mesmo dia era uma prática consolidada na Casa.

A discussão se acirrou quando Malta acusou o presidente de atropelar o regimento e agir como um "ditador". O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), reagiu, acusou o senador de tumultuar a sessão e fez referência à depredação de prédios públicos.

Para ampliar o apoio, Braga incorporou sugestões de governistas e oposicionistas. Entre elas, uma emenda de Izalci Lucas (PL-DF), que exclui o Fundo Constitucional do Distrito Federal das restrições fiscais do projeto.

Braga também acolheu uma emenda de Randolfe que retira a exigência de um plano para adequar o crescimento de despesas obrigatórias constitucionais aos limites do arcabouço fiscal.

Após a votação, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, disse que o projeto combina contenção de despesas e medidas tributárias, preservando políticas sociais.

"Ele faz de forma inteligente, combinando medidas de despesa e receita e preservando direitos da população, especialmente a política de valorização do salário mínimo, que para nós é sagrada", afirmou.

O PLP 299/2026, de autoria de Jaques Wagner (PT-BA), prevê mudanças no arcabouço fiscal, contenção de gastos e revisão de benefícios tributários. A estimativa é de melhora do resultado primário entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões em 2027.

O Planalto ainda terá de construir uma nova maioria entre os deputados. O desafio é concluir a tramitação antes da votação do Orçamento de 2027.

Dino mantém período de transição do fim da escala 6x1, mas flexibiliza folgas

STF avalia até segunda-feira decisão do ministro por escala 5x2 e 42h semanais a partir de 16 de dezembro

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Redução da jornada de trabalho vale para empregados com vínculo empregatício

Por **Gabriela Gallo**

Dois dias depois de ouvir sindicatos, empresários e representantes do comércio e da indústria, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou que seja mantido o período de transição para o fim da escala de trabalho de seis dias semanais por um de folga (6x1). A decisão do magistrado, publicada nesta quinta-feira (12), ainda precisa ser analisada no plenário do Supremo.

A Corte marcou a sessão virtual extraordinária para as 11h desta sexta-feira (13). Os ministros terão até 11h de segunda-feira (16) para publicar seus votos. Por se tratar de votação em plenário virtual, não é necessário apresentar justificativas nos votos.

Se o plenário acolher a decisão de Dino, a partir de 16 de dezembro passa a valer a redução de 44 horas semanais para 42 horas semanais, além da escala de trabalho na jornada 5X2, sem redução salarial, para trabalhadores contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A partir de 16 de dezembro de 2027 passa a valer oficialmente a jornada de trabalho de 40 horas semanais para trabalhadores de carteira assinada. As mudanças estão previstas na Emenda Constitucional (EC) nº 141/2026, promulgada pelo Congresso Nacional em 16 de outubro.

Com a promulgação, o governo precisa publicar um decreto para regulamentar as mudanças na implementação do fim da escala 6x1. Segundo o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o decreto será publicado quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retornar de suas viagens internacionais. A previsão é que o chefe de estado retorne na segunda-feira.

No começo da semana, o STF realizou uma audiência pública após a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) protocolarem as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 8041 e 8042 que questionam o período de transição da redução da jornada de trabalho. Após a audiência, em decisão publicada nesta quinta-feira (12), Flávio Dino avaliou que não houve violação de cláusulas pétreas e manteve o texto aprovado pelo Poder Legislativo.

Contudo, o magistrado acolheu um pedido efetuado pela CNI e pela CNC, flexibilizando as folgas dos trabalhadores. Um dos questionamentos das entidades é que, considerando que empregador trabalhe cinco dias da semana e cada semana ele trabalha 42 horas no total, essa divisão ultrapassa 24 minutos das oito horas diárias de trabalho, totalizando um expediente diário de 8 horas e 24 minutos em 2027. Quando a jornada semanal passar a ser de 40 horas, a divisão de trabalhar cinco dias da semana por oito horas por dia estará exata.

Portanto, Dino determina que, caso não haja acordo ou convenção coletiva das categorias até 15 de dezembro (véspera da data das mudanças), a jornada poderá ser distribuída em cinco dias, com limite de 8 horas e 24 minutos diários, sem pagamento de horas extras pelos 24 minutos que ultrapassarem a oitava hora. A regra poderá ser aplicada durante o período de transição da reforma. Dino determinou o prazo de 90 dias, contados a partir de 16 de dezembro, para que sindicatos e empregadores possam renegociar contrapartidas previstas em acordos e convenções coletivas vigentes.

"A decisão busca dar mais espaço para adaptar as escalas à realidade de cada atividade, sem adiar a redução da jornada", avaliou em entrevista ao Correio da Manhã a sócia da área de Direito Trabalhista no Gaia Silva Gaede Advogados Beatriz Tilkian.

O advogado trabalhista no Murayama Affonso Ferreira e Mota Advogados Cid de Camargo Júnior detalhou que, para implementar as mudanças, as empresas precisarão realizar diagnósticos para identificar o que precisa mudar e o que deve permanecer.

Entenda a decisão de Flávio Dino

Por **Gabriela Gallo**

De forma a não atrasar a tramitação da redução da escala de trabalho, mas não gerar inseguranças jurídicas, Flávio Dino estabeleceu algumas regras medidas que precisam ser cumpridas no período de transição. São elas:

• Se até 15 de dezembro não houver acordo ou convenção coletiva firmado, as 42 horas semanais poderão ser distribuídas em cinco dias, com jornadas de até 8 horas e 24 minutos – sem pagamento de hora extra para os 24 minutos extras

• Concedeu 90 dias, a partir de 16 de dezembro, para que ocorram acordos coletivos para definir como serão os 24 minutos extras

• Condedeu 180 dias, a partir da data de publicação da decisão, para o Congresso Nacional criar regras específicas para as micro e pequenas empresas e para setores com particularidades (por exemplo, empresas de segurança e vigilância; serviços de limpeza; portaria e controle de acesso; hospitais e clínicas; empresas de transporte; indústrias; e empresas de alimentação coletiva).

• Determinou o prazo de 180 dias, contados a partir da publicação da Emenda, a adaptação dos contratos administrativos vigentes à nova disciplina constitucional. O prazo também se aplica para contratos decorrentes de licitações em andamento na data de promulgação da Emenda.

• Durante esse período, ele determinou a neutralidade salarial assegurada

LUIZ SILVEIRA/STF



STF avaliará decisão monocrática de Dino

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

WASHINGTON COSTA/MF



Ministro do Planejamento, Bruno Moretti foi surpreendido

Palácio do Planalto cobra cautela do PT em relação ao pacote

Assessores do presidente Lula dividiram-se entre preocupados e muito irritados com a atuação dos petistas nesta quarta-feira (11) durante exposição do ministro do Planejameento, Bruno Moretti, na Comissão Mista de Orçamento.

Moretti foi apresentar o pacote de corte de gastos do governo enviado ao Congresso. Na volta,reclamou no governo do constrangimento que passou por ter sofrido os maiores ataques exatamente de integrantes do PT.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), ex-líder do partido, tomou o noticiário ao dizer na frente do ministro, que ele iria rachar a base governnista se tentasse impor goela abaixo do Congresso o pacote.

O secretário-executivo do Planejamento, Guilherme Mello, foi destacado para, na quarta-feira mesmo, se reunir e tentar convencer a bancada do PT sobre as medidas.

"Nós vamos mexer"

Pelo menos ficou acertado entre a bancada e Palácio do Planalto que a bancada irá evitar manifestações públicas por enquanto. Inclusive o próprio Lindbergh.

Mas nem a Fazenda, nem o Planejamento conseguiram convencer a maioria dos deputados do acerto do pacote.

Na CMO, Lindbergh revelou que já foi preparado "um conjunto de propostas discutidas com vários parlamentares, de vários partidos" que serão apresentadas durante a tramitação do pacote. "Nós vamos mexer", disse Lindbergh.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Lindbergh Farias

Emendas estão sendo preparadas

A proposta "número 1" dos petistas rebelados é retirar investimentos públicos das regras fiscais. O documento vai resultar em várias propostas de emendas ao projeto do governo que serão apresentadas durante a tramitação.

As emendas ao texto que os petistas mais discutem são voltadas para a preservação do salário mínimo e do orçamento destinado a áreas prioritárias, como saúde e educação, assim como a taxação dos super ricos e um corte radical nos subsídios aos grandes conglomerados do setor privado.

Investimento não é gasto, disse o próprio Lula

O principal argumento da esquerda é que Lula não pode faltar com a palavra que deu na campanha eleitoral.

Nos comícios e nos debates, por exemplo, Lula sempre afirmou que "investimento público não é gasto". É com base nessa afirmação do presidente que o tal documento a que se referiu Lindbergh propõe que os investimentos sejam retirados das regras fiscais.

PT no Senado tranquilo

O texto base dessa primeira fase do ajuste fiscal foi aprovado nesta quinta-feira no Senado sem maiores reclamações da bancada do PT.

Na chamada Casa Alta, os senadores petistas são mais veelhos, mais maduros e, boa parte, ex-governadores.

Flexibilizar na Saúde

O senador petista Humberto Costa (PE), por exemplo, já foi ministro da Saúde e presidente nacional do PT. Ele disse que acha aceitável a possibilidade de remanejamento de verbas entre as áreas de Saúde e Educação proposta no pacote.

"Às vezes sobra um pedaço do Orçamento de um lado que pode seu usado no outro", afirma.

O mercado não convence

Não só petistas estão revoltados com o comportamento do mercado em relaççao às taxas de juros. Também políticos do centrão e até da direita acham que nada saciará o mercado.

Assim que o pacote foi divulgado, na quarta-feira (11) o mercado até reagiu bem. Mas já no dia seguinte os agentes financeiros começaram a reclamar.

Mercado quer mais

Os Juros Futuros (DIs) apresentaram alta ao longo do dia: o DI para janeiro de 2028 foi a 14,29% e o de janeiro de 2031 subiu para 15,10%. O dólar subiu 1,58%, cotado a R$ 5,65. O Ibovespa fechou em baixa de 0,43%, aos 171.324 pontos. Explicações: desconfiança com o pacote de ajuste fiscal teria deixado investidores insatisfeitos.

Miinistro do mercado

A expectativa agora no PT é quanto ao nome do ministro da Fazenda. Reservadanente os petistas acreditam que essa pressão toda do mercado tem como próximo objetivo colocar um miniistro da Fazenda que não siga a cartilha heterodoxa. Um minustro liberal, de preferência do próprio mercado. E que Lula pode ceder.

A luta continua!

Continua forte entre petistas a proposta do economista André Lara Resende de corte radical da Taxa Selic para interromper o que chamam de "armadilha do mercado": juros subindo, e aumento da dívida pública, corte de gastos para cobrir o rombo que isto causa no Orçamento. O problema é a resistência da área econômica do governo.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



BB acusa empresas ligadas ao agro de não pagarem dívidas

Bancada do Agro reage à acusação de calote do Banco do Brasil

Entidades ruralistas pressionam por nova renegociação das dívidas

Por **Beatriz Matos**

O Banco do Brasil abriu uma frente de tensão com entidas do agronegócio e até o Congresso, ao acusar parte dos produtores rurais de estar dando calote nas dívidas com a instituição financeira.

A polêmica ganhou força nesta quinta-feira (12), durante a apresentação dos resultados do terceiro trimestre do Banco do Brasil. A presidente da instituição, Tarciana Medeiros, afirmou que, apesar das oportunidades de renegociação com recursos subsidiados e prazos de até dez anos, a recuperação dos pagamentos ficou abaixo das expectativas.

"Parte dos grandes e médios produtores optaram por não pagar e nem renegociar e se recusaram a apresentar garantias", afirmou a executiva.

As declaração ocorreu um dia depois de o Congresso aprovar mudanças nas regras de renegociação do endividamento rural e em meio à pressão da bancada ruralista por medidas mais abrangentes para atender ao setor.

Na avaliação da direção do banco, a expectativa de conseguir condições mais vantajosas por meio de iniciativas do Congresso contribuiu para a baixa adesão às renegociações. Os problemas estão concentrados principalmente nas cadeias de soja, milho e pecuária do Centro-Oeste.

Na quarta-feira (11), o Senado aprovou a Medida Provisória (MP) 1.376/2026, que amplia as possibilidades de renegociação das dívidas de produtores prejudicados por eventos climáticos extremos. O texto aguarda sanção presidencial. A expectativa por esta sanção é que ainda evita declarações mais exaltadas.

Os parlamentares ruralistas tentam preservar, na sanção presidencial, as mudanças negociadas no Congresso e buscam avançar em novas alternativas para reduzir o endividamento do setor.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura, comemorou a aprovação da MP, mas insistiu que outras iniciativas são necessárias para garantir a continuidade dos investimentos.

"Não é a solução definitiva. Precisamos do fundo garantidor, do seguro rural, de outras medidas", afirmou a senadora. Já o senador Jaime Bagattoli (PL-RO) classificou a medida provisória como paliativa. Disse que o endividamento dos agricultores deve-se também à queda dos preços das commodities e aos juros elevados.

CORREIO ECONÔMICO

AGÊNCIA DE NOTICIAS DO GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL



Em outubro índice subiu 0,22%, de acordo com o IBGE

INPC, inflação que corrige salários, acumula 4,49% em 1 ano

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou o mês de outubro em 0,22%. Com isso, o acumulado de 12 meses chega a 4,49%. Em setembro, a inflação de um ano estava em 4,29%. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No mês passado, o grupo dos produtos alimentícios subiram 1,10%; já o dos não alimentícios caiu -0,07%.

O INPC influencia diretamente a vida de muitos brasileiros, pois o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado como referência de cálculo para reajuste de salários de diversas categorias ao longo do ano.

O salário mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro em seu cálculo. O seguro-desemprego, o teto do INSS e o benefício de quem recebe acima do salário mínimo são reajustados com base no resultado do INPC acumulado até dezembro.

Aquisição da transportadora de etanol Logum

A Petrobras firmou um acordo para se tornar 100% dona da empresa Logum Logística, que atua no transporte, movimentação e armazenamento de etanol. A estatal já era proprietária de 30% do capital social da Logum e fechou os termos para pagar R$ 620 milhões pelos demais 70%, que pertencem às empresas Raízen Energia (30%), Copersucar (30%) e Uniduto Logística (10%). A informação foi divulgada nesta quinta-feira (12), inicialmente por meio de um comunicado a investidores da companhia.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Estatal detém 30% da empresa pagará R$ 620 mi pelo restante

Inflação fica em 0,14%; conta de luz cai

A bandeira verde na conta de luz e o custo dos transportes deram alívio ao bolso dos brasileiros em outubro e ajudaram a inflação oficial a perder força e fechar o mês de outubro em 0,14%. Em setembro, o indicador ficou em 0,82%.

No acumulado de 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 4,63%, percentual acima da meta do governo.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Grupo habitação puxou números para baixo

O grupo habitação foi o que mais puxou a inflação para baixo. A variação de -0,51% é a mais profunda para um mês de outubro desde 2019.

O resultado foi influenciado pelo preço da energia elétrica residencial, que recuou 1,92% (impacto de -0,08 p.p.). A conta de luz foi o subitem que mais exerceu pressão de baixa em todo o IPCA.

Supersalários I

O pacote de ajuste fiscal apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional prevê prazo de até 120 dias para que os parlamentares analisem uma proposta de regulamentação dos chamados supersalários no funcionalismo público. O projeto também prevê redução de benefícios tributários e mudanças nas regras de gastos públicos.

Supersalários II

Durante audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que o conjunto de medidas busca melhorar as contas públicas sem comprometer políticas essenciais. A expectativa do governo é que o pacote tenha impacto fiscal de R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões em 2027.

Selo Diamante

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recebeu, pela quarta vez consecutiva, o selo Diamante do Radar Nacional da Transparência Pública. Neste ano, a instituição alcançou 100% de pontuação na avaliação, resultado inédito entre os órgãos federais. A Amazul foi outra empresa pública a receber o selo.

Dólar cai 0,42%

O dólar fechou em queda na quarta (11), e a bolsa brasileira avançou, em uma sessão marcada pela repercussão do pacote de ajuste fiscal do governo e pelo desempenho positivo dos mercados internacionais. A moeda estadunidense recuou cerca de 0,4%, para R$ 5,56, enquanto o Ibovespa subiu na mesma proporção, aos 172 mil pontos.

Ibovespa avança

O Ibovespa fechou em alta de 0,42%, aos 172.060,44 pontos, acompanhando o desempenho positivo das bolsas de Nova York e repercutindo as notícias sobre o pacote fiscal brasileiro. Durante o pregão, o principal índice da Bolsa brasileira oscilou entre a mínima de 171.335,20 pontos e a máxima de 172.986,66 pontos.

Subsídios ao diesel

O governo federal propôs retirar até R$ 10,5 bilhões em despesas com subsídios ao diesel do cálculo da meta fiscal de 2026. A medida integra o pacote de ajuste fiscal apresentado ao Congresso Nacional na última quarta-feira (11), por meio de um projeto de lei complementar protocolado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA).

UFSM



Contenção daria para abastecer 2 mil pessoas por ano

Reúso de computadores gera economia de água

Contenção do governo brasileiro daria para abastecer 2 mil pessoas por ano

Da **Redação**

Um programa do governo brasileiro, que reaproveita computadores usados, já economizou 133,3 milhões de litros de água. A estimativa é do Ministério das Comunicações, que coordena a iniciativa de reúso dos equipamentos eletrônicos, através de seu Programa Computadores para Inclusão.

De acordo com o ministério, o reaproveitamento dessas máquinas evita a produção de um computador novo, cujo processo de produção gastaria em média 1.500 litros de água.

Em vez de descartados, os equipamentos são recondicionados para poderem ter sua vida útil prolongada. Esses computadores são usados em projetos de inclusão digital em comunidades quilombolas, territórios indígenas, regiões ribeirinhas e áreas rurais de todo o país.

"Profissionais avaliam suas condições de funcionamento e identificam quais componentes podem ser recuperados e reutilizados. Os equipamentos com potencial de recuperação passam por procedimentos de manutenção, limpeza, substituição de componentes defeituosos, testes de funcionamento e instalação ou configuração de sistemas operacionais e programas necessários à sua utilização. Em muitos casos, componentes de diferentes equipamentos podem ser aproveitados para recuperar computadores que, de outra forma, seriam descartados", explica coordenador de Inclusão Digital do ministério, Gustavo André Lima.

Quase 89 mil computadores, provenientes principalmente de órgãos públicos federais, já foram recondicionados e reaproveitados pelo Computadores para Inclusão.

De acordo com o ministério, além da economia de água, o reaproveitamento dos equipamentos evitou a queima de 20 mil toneladas de combustíveis fósseis e o uso de 1,8 mil toneladas de produtos químicos.

"A destinação adequada de equipamentos usados é fundamental para reduzir a geração de resíduos, preservar os recursos naturais e incentivar modelos de produção e consumo mais sustentáveis. A fabricação de equipamentos eletroeletrônicos depende da extração de matérias-primas, do consumo de água e energia e da utilização de diferentes produtos químicos", destaca Lima.

CORREIO FLUMINENSE

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DO ESTADO



Certame do órgão contempla 40 vagas para os cinco cargos

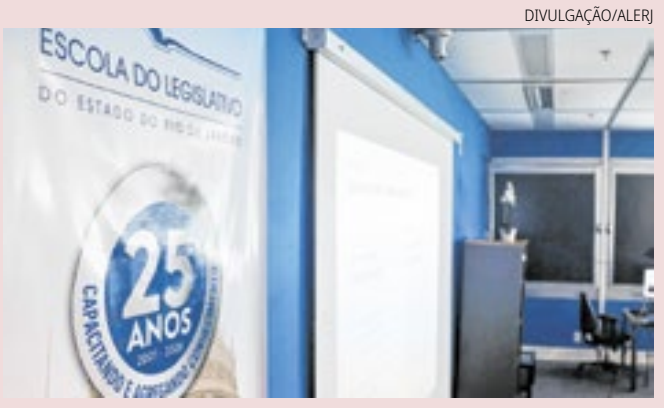
Estado homologa resultado final do concurso público do Procon-RJ

O Governo do Estado do Rio homologou o resultado final do concurso público da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-RJ). A homologação foi publicada no Diário Oficial de quinta-feira (12) e contempla 40 vagas para os cinco cargos oferecidos no certame: advogado, analista de proteção e defesa do consumidor, agente de proteção e defesa do consumidor, agente administrativo e técnico em informática. A seleção integra as ações de fortalecimento da estrutura do Procon-RJ, responsável pela execução das políticas públicas de proteção e defesa dos direitos dos consumidores em todo o estado. A publicação representa a conclusão de mais uma etapa do concurso e oficializa as listas de classificação dos candidatos aprovados, tanto para as vagas imediatas quanto para a formação de cadastro de reserva.

Encontro dos Órgãos de Controle Interno

A Escola do Legislativo (Elerj), da Alerj, irá sediar, no dia 25 (quarta-feira), o 17º Encontro dos Órgãos de Controle Interno dos Municípios do Rio de Janeiro. Batizado de "Controle Interno em Rede", o objetivo do evento é dar ênfase ao controle preventivo, por meio do compartilhamento de estratégias, experiências e boas práticas na Administração Pública. O encontro será a partir das 9h, no auditório da Elerj, no 2º andar do Edifício Lúcio Costa, sede do Parlamento fluminense.

DIVULGAÇÃO/ALERJ



Escola do Legislativo sedia evento na próxima semana

Inscrições Cederj 2027.1

O Governo do Estado do Rio de Janeiro fez a última chamada para interessados em realizar o Vestibular Cederj 2027.1 para fazer faculdade pública e gratuita. São cerca de 7.165 vagas em 16 cursos de graduação de Ensino à Distância (EAD), oferecidos por oito universidades públicas do estado do Rio. Há cursos de licenciatura, bacharelado e tecnológicos, no formato semipresencial, em polos em diferentes regiões do estado. As inscrições vão até este doimingo (15), com taxa de R$ 95,00. As provas presenciais serão em 6 de dezembro.

SES-RJ debate uso da inovação

A transformação digital e o uso da tecnologia para melhorar a assistência à população foram os temas do debate "Saúde 5.0: a tecnologia a serviço do cuidado", que abriu a programação no estande da Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ), nesta quinta-feira (12), segundo dia da Fisweek. Especialistas explicaram que o conceito de Saúde 5.0 prevê o uso estratégico da tecnologia para otimizar serviços.

Concursos

Candidatas que amamentam filhos de até seis meses poderão fazer as provas de concursos públicos estaduais em locais próximos dos endereços residenciais declarados no ato da inscrição. A proposta consta no Projeto de Lei, de autoria do deputado Rosenverg Reis (MDB), aprovado pela Alerj, em em segunda discussão.

Texto amplia lei

O texto amplia a Lei 8.355/19, que assegura às mulheres lactantes o direito de amamentar durante as provas, e inclui acompanhamento do fiscal durante o período de amamentação. Segundo a proposta, essas mães ainda esbarram no obstáculo que é percorrer com o bebê a longa distância até o local onde ocorrerá o certame.

Medidas cautelares

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou a Resolução 91/2026, na qual outorga medidas cautelares em favor dos adolescentes e jovens adultos privados de liberdade no Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves (Cense), em Campos dos Goytacazes.

Trabalho conjunto

A decisão internacional é fruto do trabalho conjunto da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Coordenadoria da Infância e Juventude, da Coordenadoria de Saúde e Tutela Coletiva da defensora pública Carolina Hennig e do defensor público Carlos Lessa (da Vara da Infância e da Juventude de Campos).

Gravidade

A atuação da Defensoria mostrou ao órgão internacional um cenário de extrema gravidade, urgência e riscos de danos irreparáveis aos socioeducandos. A petição demonstrou um cotidiano marcado por infraestrutura insalubre, racionamento severo de água potável, sobrecarga térmica e negligência no atendimento à saúde física e mental.

Projeto Prisma

O Ministério Público do Estado do Rio conquistou o primeiro lugar com o projeto Prisma e foi premiado em outras quatro categorias do Prêmio CNMP 2026. Segunda instituição com o maior número de indicações à premiação, o MPRJ foi finalista em 5 categorias e obteve ainda três segundos lugares e um terceiro lugar.

DIVULGAÇÃO/INEA



Cooperação foi firmada durante a COP31

Estado anuncia R$ 33,8 milhões adicionais para Mata Atlântica

Cooperação fomenta pagamento por serviços ambientais

Da **Redação**

O Governo do Estado do Rio anunciou, na COP31, em Antalya, na Turquia, a ampliação da parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Com R$ 33,8 milhões adicionais do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano, a cooperação financiará ações de conservação e restauração da Mata Atlântica, agroecologia e fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis, com execução prevista até abril de 2031. Entre as principais novidades da nova fase está a implementação do Programa Conexão Mata Atlântica, com pagamento por serviços ambientais e apoio técnico aos produtores rurais.

As metas da iniciativa abrangem 300 hectares de conservação, 1.500 hectares de restauração, 550 hectares de agroecologia e 175 hectares de boas práticas de conservação do solo, da água e da biodiversidade. O universo potencial de atendimento reúne 8.500 propriedades rurais, com participação sujeita aos critérios de seleção e às condições dos editais.

ÁREAS PRIORITÁRIAS

A atuação terá como áreas prioritárias as regiões hidrográficas do Piabanha, da Baía de Guanabara e do Rio Dois Rios. Os participantes contarão com assistência técnica continuada e projetos individuais para suas propriedades, reunindo diagnóstico, ações, cronograma e indicadores de acompanhamento. O apoio abrangerá os pagamentos pelos serviços ambientais e investimentos necessários à implantação das práticas, como aquisição de mudas e sementes, cercamento de áreas em recuperação e medidas de conservação da água e do solo.

Entre as inovações está o PSA Agroecologia, que incentiva a transição para sistemas produtivos de menor impacto ambiental. O acompanhamento permitirá identificar os avanços de cada propriedade e orientar a assistência técnica e os incentivos financeiros.

A proposta reconhece os benefícios ambientais gerados também nas áreas de produção, valorizando práticas que favoreçam a biodiversidade e melhorem as condições do solo e da água. O fortalecimento das cadeias produtivas incluirá apoio à regularização e à gestão de organizações comunitárias.

CORREIO CARIOCA

POR **DÉBORAH GAMA**

DIVULGAÇÃO



Proposta prioriza o atendimento a mulheres em maior vulnerabilidade

Câmara aprova programa de educação financeira para mulheres

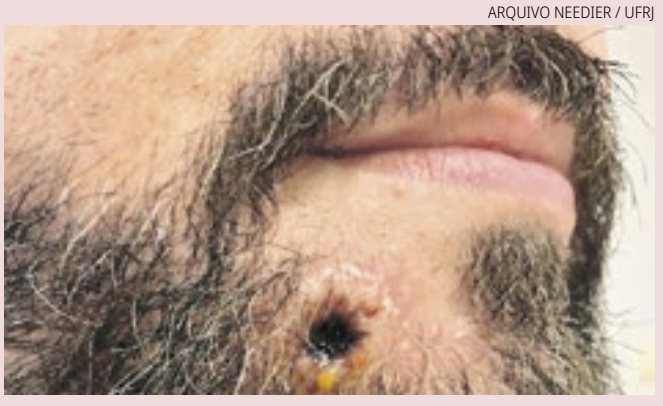
A Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou, em segunda discussão, o Projeto de Lei 1195-A/2025, de autoria da vereadora Helena Vieira (PSD), que cria o Programa Municipal de Educação Financeira para Mulheres. A proposta busca ampliar a autonomia econômica, promover a inclusão produtiva e reduzir a vulnerabilidade financeira do público feminino, seguindo agora para sanção ou veto do prefeito.

O texto prevê a oferta de cursos, oficinas, palestras e atendimentos individuais sobre organização do orçamento, consumo consciente, prevenção ao endividamento, investimentos e aposentadoria, integrados a ações de emprego e microcrédito. A iniciativa prioriza mulheres em vulnerabilidade social, vítimas de violência doméstica, mães solo e trabalhadoras informais, autorizando parcerias com universidades e instituições financeiras para executar e monitorar os impactos da política pública

UFRJ alerta para alta de mpox no Rio

Uma nota técnica divulgada nesta quinta-feira (12) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) alerta para o aumento de exames positivos para mpox no estado. Segundo análise do Núcleo de Enfrentamento e Estudos de Doenças Infecciosas Emergentes e Reemergentes (Needier) com base em dados da Secretaria de Saúde, o índice subiu de 10,9% em 2025 para 30,4% em 2026. Dos 181 casos positivos registrados até o início de novembro, 65,7% se concentram na capital carioca, atingindo principalmente homens de 20 a 39 anos.

ARQUIVO NEEDIER / UFRJ



Lesão ulcerada com fundo necrótico, compatível com infecção mpox

Dois subtipos circulam na região

As investigações laboratoriais do Needier identificaram a circulação simultânea dos subclados Ib e IIb do vírus monkeypox no território fluminense. Em 35 amostras da rede estadual analisadas neste mês, 20 apresentaram a linhagem Ib. Embora o subtipo Ib ganhe atenção internacional, os pesquisadores apontam que ainda não há evidências científicas de diferenças de gravidade entre as variantes. A doença é transmitida principalmente pelo contato físico próximo com lesões na pele, mucosas ou fluidos corporais de pessoas já infectadas pelo vírus.

Núcleo oferece diagnóstico e atendimento

Os principais sintomas da mpox são feridas ou bolhas nas regiões genital, anal e oral, além de febre, dores no corpo e ínguas. Em caso de suspeita, evite contato íntimo e busque avaliação médica, mantendo o isolamento até a cicatrização completa. O Needier oferece atendimento e diagnóstico gratuito de segunda a sexta na Cidade Universitária, mediante agendamento pelo telefone (21) 96845-8188 e pelo e-mail consulta@needier.ufrj.br.

Lazer na capital

A cidade do Rio de Janeiro reúne uma programação diversificada para este fim de semana, entre os dias 13 e 15 de novembro, com atrações para diferentes públicos e perfis. A agenda da capital fluminense concentra grandes shows musicais, tradicionais rodas de samba gratuitas, espetáculos teatrais, exposições e lazer infantil nas regiões.

Shows e orquestras

Na sexta-feira (13), às 21h, o Vivo Rio celebra seus 20 anos com show dos Gilsons e participação de Gilberto Gil. No fim de semana, o projeto Dominguinho, com João Gomes, Jota.pê e Mestrinho, chega à Cidade das Artes, na Barra da Tijuca, Zona Sudoeste. No sábado (14), às 17h, a Orquestra Sinfônica Jovem toca na Sala Cecília Meireles.

Samba na cidade

De sexta (13) a domingo (15), o Palácio Gustavo Capanema, no Centro, recebe o evento gratuito Próxima Parada Samba, com Délcio Luiz, Diogo Nogueira e Xande de Pilares. No sábado (14), Teresa Cristina comanda o Samba da Tetê no Quintal da Clementina, enquanto o Cordão do Prata Preta festeja seus 22 anos na Pequena África.

Peças em cartaz

Nos palcos, a comédia musical Detalhes de Nós Dois, estrelada por Helga Nemetik e Pedro Henrique Lopes, fica em cartaz no Teatro Multiplan, na Barra da Tijuca, Zona Sudoeste. No Sesc Copacabana, Tuca Andrada protagoniza o clássico Boca de Ouro. Já a Casa de Cultura Laura Alvim, em Ipanema, promove o Mês Paulo Gustavo com entrada franca.

Diversão infantil

Para as crianças, o espetáculo Nuang – Caminhos da Liberdade tem sessão gratuita no CCBB Rio neste sábado (14), às 16h, com intérprete de Libras. A Casa Roberto Marinho, no Cosme Velho, promove contação de histórias e ateliês de arte. No Teatro Multiplan, na Barra da Tijuca, Zona Sudoeste, a peça Bluey - Ao Vivo faz sessões duplas.

Mostras e eventos

Nas artes visuais, o Centro Cultural Lavradio abre neste sábado (14) a exposição gratuita Mini presépios – Releituras, reunindo cerca de cem peças de vários países. Na Zona Norte, o Parque de Madureira recebe a 23ª Parada LGBTI+ de Madureira no domingo (15), a partir das 13h, com direção artística de Milton Cunha e acesso livre.

Praça Afonso Pena inaugura Parque do Bebê, na Tijuca

Espaço é o primeiro da Política Pequenos Cariocas na cidade

Por **Déborah Gama**

A Praça Afonso Pena, na Tijuca, Zona Norte do Rio, passou por revitalização e ganhou nesta quinta-feira (12) o Parque do Bebê, primeiro espaço do gênero da Política Municipal da Primeira Infância – Pequenos Cariocas. O prefeito Eduardo Cavaliere participou da entrega ao lado da primeira-dama, Victoria Henriques, e da filha do casal, Maria Beatriz.

"O Parque do Bebê, primeiro da cidade, é um espaço pensado para estimular o desenvolvimento dos pequenos, respeitando cada faixa etária e oferecendo mais apoio às famílias cariocas. Até então, os parquinhos da cidade não tinham divisão de idade, mas cada fase exige estímulos diferentes para o desenvolvimento da criança. Vou publicar um decreto criando essa especificação para que toda nova intervenção, praça ou reforma na cidade já conte com os parquinhos divididos por faixa etária" afirmou o prefeito Eduardo Cavaliere.

Executado pela Secretaria Municipal de Conservação com apoio da Casa Civil, o projeto é voltado ao eixo "direito ao brincar". O espaço atende crianças de zero a três anos com balanço, trepa-tocos, casinha e manilhas. A área também recebeu brinquedos de eucalipto para maiores de três anos, incluindo um balanço inclusivo compartilhado entre adultos e crianças.

"Com criatividade e planejamento, conseguimos aproveitar o próprio orçamento da Prefeitura e materiais já disponíveis para adaptar a praça e oferecer espaços mais adequados e seguros para as crianças", explicou o secretário municipal de Conservação, Diego Vaz.

A reforma contemplou ainda a instalação de um novo parcão, renovação de calçadas e implantação de pista de caminhada. O subprefeito da Grande Tijuca, Igor Gomes, ressaltou a valorização da convivência local. Morador da região há 30 anos, o garçom Wanderley Borges, de 63 anos, aprovou o resultado:

"A praça ficou muito bonita! Antes, quando chovia, ficava cheia de lama. Agora está tudo renovado, os bancos estão ótimos e a quadra melhorou bastante."

Com ações de 18 órgãos municipais, a iniciativa precede o Plano Municipal da Primeira Infância, elaborado em parceria com o UNICEF e a Urban95, com entrega prevista para 2027.

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° 11/2026 – MAIOR DESCONTO
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é a Prestação de serviços de emissão, entrega e administração de meios de pagamento nas modalidades alimentação e refeição por meio de cartões magnéticos equipados com chip eletrônico de segurança, de formas de pagamento digital na Internet e pagamento por aplicativo de celular via QR Code, NFC ou tecnologia similar, bem como o crédito dos valores de recarga/crédito mensais, relativos à concessão dos auxílios para aquisição de refeições ou gêneros alimentícios, aos servidores da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSODH, bem como aos servidores da extinta Secretaria de Estado de Juventude e Envelhecimento Saudável - SEIJES, em conformidade com a legislação vigente, pelo período inicial de 12 (doze) meses.
DATA: 26/11/2026, às 11h00 (hora de Brasília – DF).
LOCAL: www.compras.rj.gov.br
VALOR ESTIMADO: O preço máximo admitido pelo ÓRGÃO LICITANTE é O Valor total estimado será de R$ 5.560.100,00 (cinco milhões, quinhentos e sessenta mil e cem reais)
PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO: 0,00 % (zero por cento)
PROCESSO N° SEI-310001/004694/2026
O edital e seus anexos se encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 01 (uma) resma de papel A4, na Coordenadoria de Licitação, situada na Praça Pio X, nº 55, 10º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ

PETROPOLITANAS

REPRODUÇÃO



Ambos estiveram juntos no movimento pró Lula durante as eleições

PT e PSB novamente entram em combate em Petrópolis

O tabuleiro político de Petrópolis virou um verdadeiro ringue de boxe entre antigos aliados da esquerda. Após o Partido Socialista Brasileiro (PSB) desferir o primeiro golpe ao pedir a renúncia do prefeito Hingo Hammes (PP) e defender novas eleições diretas, o Partido dos Trabalhadores (PT) subiu ao tablado para contra-atacar. Em uma nota oficial repleta de farpas assinada pelo presidente municipal Thiago França, a legenda petista acusou o PSB de "miopia política" e de tentar esconder suas próprias derrotas internas, como a saída do ex-prefeito Rubens Bomtempo e a ida do vereador Léo França para o PT, sob o pretexto de defender a democracia. texto destaca que o PSB chegou a tentar questionar na Justiça a permanência do parlamentar no mandato, mas a iniciativa não avançou. Para a direção petista, esses episódios explicam o desconforto da sigla.

Incoerência e contradição

Além de apontar o desgaste interno, o presidente do PT afirmou que o PSB foi contraditório e incoerente. A nota ressalta que, desde o início da gestão de Hingo Hammes, a atuação do PSB na Câmara Municipal ocorreu na prática como parte da base de sustentação do próprio governo que agora critica. O PT também lembrou que, durante o último processo eleitoral, o representante do PSB na Câmara não fez campanha para a própria legenda e promoveu reuniões com o ex-deputado Daniel Silveira, considerado uma figura ligada ao bolsonarismo.

REPRODUÇÃO



Bomtempo e Léo França estavam no centro do debate

Início dos conflitos

Em maio, O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) negou o pedido de afastamento imediato do vereador de Petrópolis Léo França (PT), acusado de infidelidade partidária pelo diretório municipal do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Na ação, a antiga sigla do parlamentar solicita a perda do mandato após ele deixar o partido e se filiar ao Partido dos Trabalhadores. Apesar da acusação formal, o relator do caso na Justiça Eleitoral entendeu que não é possível retirar o vereador do cargo de forma antecipada, antes do fim do processo.

Reunião não garante segurança

Uma reunião promovida pela Prefeitura de Petrópolis para definir estratégias de segurança no Terminal Rodoviário do Centro não impediu um novo episódio de violência no local. Na noite desta quarta-feira (11), um homem de aproximadamente 60 anos ficou ferido após ser esfaqueado na mão dentro da rodoviária, logo após o poder público anunciar medidas de reforço no policiamento da área.

Casal suspeito

De acordo com informações da Guarda Civil Municipal (GCM), um casal é suspeito de cometer a agressão. Agentes da corporação realizaram buscas nas redondezas do terminal logo após o ataque, mas nenhum suspeito foi localizado ou detido até o momento. O Corpo de Bombeiros foi acionado por volta das 19h30 para socorrer a vítima.

Ações adotadas

Durante o encontro de alinhamento, o governo municipal planejou ações como o aumento das rondas ostensivas realizadas pela Polícia Militar (PM) e pela Guarda Civil Municipal, maior presença de viaturas no entorno e novas operações de combate ao tráfico de drogas com o apoio do Grupamento de Operações com Cães (canil da GCM).

Condução responsável

Escolhido para atuar como relator da Comissão Processante da Câmara Municipal de Petrópolis, o vereador Thiago Damaceno (PSDB) afirmou que a investigação sobre o pedido de impeachment do prefeito Hingo Hammes (PP) será pautada pela responsabilidade, transparência e rigoroso cumprimento da lei.

Comissão formada

Ao comentar a responsabilidade da função, Damaceno garantiu que o trabalho técnico do colegiado respeitará tanto a fiscalização do dinheiro público quanto as garantias constitucionais de defesa do chefe do Poder Executivo. A Comissão Processante foi formada na noite desta terça-feira (10), logo após o plenário da Câmara aprovar o recebimento da denúncia.

Dr. Aloisio presidente

O vereador Dr. Aloisio Barbosa será o presidente da Comissão Processante que apura as denúncias do pedido de cassação do prefeito Hingo Hammes. Thiago Damaceno foi designado como relator e a parlamentar Professora Lívia como vogal. A Comissão Processante terá 90 dias para investigar as acusações presentes nos pedidos.

Novos contatos

O Ambulatório do Hospital Alcides Carneiro (HAC), gerido pelo Serviço Social Autônomo Hospital Alcides Carneiro (SEHAC) em parceria com a Prefeitura de Petrópolis, disponibilizou um novo canal oficial de comunicação. O atendimento passa a ser realizado também pelo aplicativo WhatsApp, por meio do número (24) 99205-0829.

ARQUIVO CM



Ônibus serão relocados para fora do terminal após às 21h

Rodoviária do Centro fechará às 21h por conta da onda de violência

CPTrans disse que fará teste operacional para ajustar a operação

Por **Leandra Lima**

Após a onda de violência no Terminal Rodoviário do Centro de Petrópolis, a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) informou que a estação ficará fechada a partir das 21h. O anúncio veio por meio do diretor-presidente da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans), Luciano Moreira, e do secretário de Segurança, Serviços e Ordem Pública (SSOP), Marcelo Chitão.

A mudança, no entanto, será implementada de forma experimental, pois, segundo a CPTrans, esse período será para avaliar e ajustar o modelo para atender às necessidades. Esse molde causou dúvidas na população, no sentido da operação dos ônibus que têm ponto dentro do terminal. Nesse sentido, Luciano Moreira explicou que a Companhia está realizando um set de remanejamento e um teste operacional para ajustar a operação lá dentro.

"Para que não tenha essa entrada de fluxo, então a gente vai colocar os ônibus para fora, um pouco mais cedo. Já fazemos isso, vamos adiantar esse horário para garantir que tenha mais segurança, mais tranquilidade lá", informou. Então conforme expressou Luciano, os ônibus serão relocados para fora do terminal após às 21h. Mas o local desse remanejamento ainda não está definido.

A mudança aconteceu após um novo caso de violência que aconteceu na noite de quarta-feira (11). Na ocasião, um homem de aproximadamente 60 anos ficou ferido após ser esfaqueado na mão dentro da rodoviária, logo após o poder público anunciar medidas de reforço no policiamento da área.

Esse sentimento de insegurança está presente nos relatos da população, após um aumento de casos de violência no Centro Histórico, principalmente nesta região.

Além desse episódio, outra morte por facada, que aconteceu no dia 23 de fevereiro de 2025, no Terminal Rodoviário do Centro, envolvendo dois homens também em situação de rua, levantou o debate sobre se Petrópolis é realmente segura, como aponta o anuário 2025 da plataforma MySide, que considerou o município o mais seguro do Estado do Rio de Janeiro.

"Todo mundo está reclamando. A rodoviária está horrorosa. Horrorosa. Eu, por exemplo, tenho medo de ficar aqui. Às vezes, esses grupos ficam na rodoviária querendo arranjar confusão, pedem dinheiro. A situação está triste", disse a passageira, Fátima Severino.

CORREIO
SERRANO

DIVULGAÇÃO



A categoria avalia indicadores relacionados à mobilidade urbana

Três Rios fica entre os três melhores municípios em Infraestrutura

Três Rios ficou entre os três primeiros colocados no Prêmio Band Cidades Excelentes 2026, na categoria Infraestrutura e Sustentabilidade, entre cidades com até 100 mil habitantes. A cerimônia de premiação foi realizada na terça-feira (10), reunindo representantes de municípios que se destacaram pelos resultados alcançados na administração pública. Promovido pelo Grupo Bandeirantes em parceria com o Instituto Aquila, o prêmio tem como objetivo reconhecer e valorizar cidades que apresentam bons resultados na gestão municipal, incentivando práticas que contribuam para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população. A categoria Infraestrutura e Sustentabilidade avalia indicadores relacionados à mobilidade urbana, saneamento básico, infraestrutura, utilização racional dos recursos naturais e preservação ambiental.

Orquestra Modesta no Sesc Teresópolis

A Orquestra Modesta apresenta "Canções Para Pequenos Ouvidos 2" em sessão única neste sábado (14) no Sesc Teresópolis, às 16h, pelo edital de Cultura Sesc RJ Pulsar. Com duração de 60 minutos e classificação livre, o espetáculo combina música e palhaçaria para falar sobre sonhos, desejos e a importância de imaginar. Segundo espetáculo autoral da Orquestra Modesta, "Canções Para Pequenos Ouvidos 2" foi criado em 2021, durante a pandemia, e estreou no ano seguinte, no Sesc Pinheiros, em São Paulo.

ARQUIVO/ ORQUESTRA MODESTA



O repertório agrupa sonoridades de diferentes origens

O repertório agrupa sonoridades de diferentes

Com canções compostas por Fernando Escrich, reúne os palhaços Brocolino, Caçarola, Maestro Sandoval, Guadalupe e Clóvis. O repertório agrupa sonoridades de diferentes origens, passando por samba, jazz manouche, frevo, blues, marchinha e rock, entre outros gêneros. Os personagens transformam sonhos e desejos em música e brincadeira: enquanto um quer se tornar um grande ídolo da música, outro sonha que o Carnaval dure o ano inteiro e há ainda quem queira se transformar em borboleta para poder voar.

Temas trazem convivência com as diferenças

Ao longo da montagem, temas como convivência com as diferenças, povos originários, meio ambiente e igualdade aparecem de forma leve e bem-humorada. Criada pelo músico-palhaço e diretor teatral e musical Fernando Escrich, em parceria com as produtoras Elisa Taemi e Milena Marques, da Nascedouro Gestão Cultural, a Orquestra Modesta completa 12 anos em 2026. O projeto estreou em 2015.

Guarda Municipal I

A Guarda Municipal de Três Rios registrou 3.587 ações operacionais durante o último mês de outubro. O número representa um crescimento de aproximadamente 265% em comparação com janeiro deste ano, quando foram contabilizadas 983 ações. O resultado demonstra a ampliação da presença da Guarda Municipal nas ruas.

Guarda Municipal II

Entre os destaques do mês estão as 1.218 ações de trânsito, que contribuíram para a organização do fluxo de veículos e a segurança viária, além de 662 autuações realizadas durante as fiscalizações. O trabalho preventivo também esteve presente em outras frentes. Foram contabilizadas 337 rondas escolares, ampliando a presença dos agentes no entorno.

Guarda Municipal III

Também foram contabilizadas 206 ações da Ronda Maria da Penha, iniciativa voltada ao acompanhamento e à proteção de mulheres em situação de violência doméstica.A fiscalização integrada somou 795 ações, enquanto o patrulhamento ciclístico noturno registrou 175 atividades. A Central de Monitoramento contabilizou 103 registros operacionais.

Trata Óleo I

A quarta edição do projeto Trata Óleo nas Escolas de Nova Friburgo premiou, nesta semana as unidades escolares que se destacaram na arrecadação de óleo de cozinha usado e na produção de jogos educativos com temática ambiental. A cerimônia foi realizada no Teatro Municipal Laercio Rangel Ventura e reuniu representantes das escolas.

Trata Óleo II

A iniciativa é uma parceria entre as secretarias municipais de Educação e do Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável e a concessionária Águas de Nova Friburgo. Neste ano, o projeto mobilizou cerca de 8 mil estudantes da rede municipal de ensino, que, junto às suas escolas e famílias, arrecadaram mais de 11 mil litros de óleo de cozinha usado.

Trata Óleo III

O Trata Óleo nas Escolas tem como objetivo incentivar o descarte ambientalmente adequado do óleo de cozinha, além de promover a conscientização sobre a preservação do meio ambiente e estimular a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano dos estudantes e de suas famílias. A iniciativa reforça a importância da educação ambiental desde a infância.

MAPS



Prefeitura foi notificada a cumprir determinações no prazo de 15 dias

Licitação para transporte público de Bom Jardim é suspensa

Auditoria da Secretaria de Controle Externo do TCE identificou irregularidades

Por **Richard Stoltzenburg**

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro determinou a suspensão do processo licitatório, que prevê a concessão do serviço de transporte público coletivo em Bom Jardim. O edital prevê concessão de 20 anos e com receita estimada em R$ 108,5 milhões. O certame foi suspenso após uma auditoria identificar uma série de vícios e irregularidades no edital. A decisão monocrática foi proferida pelo conselheiro Thiago Pampolha Gonçalves em 10 de novembro de 2026, acolhendo o pedido de tutela provisória formulado pela Secretaria Geral de Controle Externo do tribunal.

A auditoria técnica da Coordenadoria de Auditoria em Desestatização encontrou nove falhas graves na modelagem do projeto de concessão. Entre os principais problemas identificados está a divergência não explicada no valor da tarifa de referência, pois o cálculo tarifário do anexo aponta uma tarifa de R$ 7,04 por passageiro, enquanto o edital fixa o valor de R$ 9,02 como custo estimado da tarifa unitária, gerando uma diferença de 28% sem qualquer justificativa técnica ou memória de cálculo explicativa.

Além disso, houve o descumprimento do prazo legal de publicidade, já que o edital foi publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas em 18 de agosto de 2026 com sessão agendada para 23 de setembro de 2026, oferecendo apenas 25 dias úteis de intervalo e violando o mínimo de 35 dias úteis exigido pela Lei nº 14.133/2021.

Os auditores também constataram a falta de transparência na disponibilização de arquivos, uma vez que as memórias de cálculo foram publicadas apenas em formato PDF não editável do tipo imagem, impedindo a rastreabilidade dos números e afrontando a Lei de Acesso à Informação e precedentes do próprio tribunal. Outra irregularidade grave é a ausência do Plano de Mobilidade Urbana, tendo em vista que o município de Bom Jardim possui cerca de 29,7 mil habitantes e estava obrigado por lei a aprovar o seu plano até abril de 2025, o que não ocorreu antes do lançamento da concessão. A minuta do contrato ainda apresentou inconsistências nas metodologias de reajuste tarifário, citando anexos inexistentes na documentação e omitindo fórmulas para repartir os ganhos de produtividade da frota com a população.

Com a concessão da tutela provisória, a Prefeitura de Bom Jardim foi notificada a cumprir determinações no prazo de 15 dias. A gestão municipal deve comprovar a suspensão imediata do certame nos canais oficiais e no Portal Nacional de Contratações Públicas, informar o estágio atual do procedimento e apresentar defesa formal sobre todas as irregularidades apontadas.

A prefeitura também pode optar por revisar ou anular voluntariamente o instrumento convocatório. O Correio questionou a Prefeitura de Bom Jardim que informou que anulou o certame e fará um novo procedimento licitatório.

Katia Miki busca investimentos com Portinho em Brasília

Prefeita fez reunião acompanhada do deputado federal Aureo Ribeiro

Da **Redação**

A prefeita de Barra do Piraí, Katia Miki, esteve em Brasília na última quarta-feira (11), onde visitou o gabinete do senador Carlos Portinho. Acompanhada do deputado federal Aureo Ribeiro e de vereadores da base aliada do governo, a chefe do Executivo municipal se reuniu com os parlamentares para agradecer os investimentos destinados à cidade e fortalecer as parcerias em busca de novos recursos.

Entre as conquistas viabilizadas com o apoio dos parlamentares estão o Hospital do Olho, que já é uma realidade no município, e o Centro Municipal de Imagens, cuja entrega está prevista para janeiro. Também foram abordados os avanços do programa Mulheres Empreendedoras e a entrega de novos maquinários. Durante o encontro, Carlos Portinho sinalizou a destinação de novas emendas parlamentares para a área da saúde.

Participaram da agenda o presidente da Câmara Municipal, Rafael Couto, a vereadora Lu Maciel e os vereadores Luiz Felipe Ludi, Elves Costa, Macrei Júnior, Jeordane Perino e João Paulo Novaes.

A prefeita Katia Miki agradeceu o apoio do senador Carlos Portinho e do deputado federal Aureo Ribeiro, destacando a importância da atuação conjunta dos parlamentares na viabilização de investimentos e projetos para o município.

"Quero agradecer muito ao senador Carlos Portinho e ao deputado federal Aureo Ribeiro por todo o carinho, atenção e parceria com Barra do Piraí. Os dois têm contribuído muito para que importantes investimentos e projetos cheguem à nossa cidade. O Hospital do Olho já é uma realidade e representa uma conquista importante para a nossa população. O Centro Municipal de Imagens também está avançando e temos a previsão de entregá-lo em janeiro", afirmou.

Katia também ressaltou os avanços do programa Mulheres Empreendedoras e a importância da continuidade das parcerias. "Além disso, estamos avançando com o programa Mulheres Empreendedoras, que vai ampliar as oportunidades para as mulheres do nosso município. Ficamos muito felizes com a sinalização de novas emendas para a saúde e seguimos trabalhando para trazer ainda mais recursos e oportunidades para Barra do Piraí", completou.

O senador Carlos Portinho também destacou a parceria com o município e os investimentos destinados à cidade. "Barra do Piraí tem a sorte de contar com uma grande mulher à frente da Prefeitura, que é a prefeita Katia Miki, que busca e aplica recursos em todo o município. A Clínica de Imagens logo será inaugurada, além dos projetos voltados às Mulheres Empreendedoras e da entrega de novos maquinários. Barra do Piraí tem um lugar especial em meu mandato", afirmou.

O deputado federal Aureo Ribeiro também reforçou seu compromisso com o município e destacou a importância da parceria com a prefeita, o senador e as lideranças locais. "Barra do Piraí é um município pelo qual tenho um carinho especial, e isso se reflete nas ações que desenvolvemos junto à prefeita Katia, ao senador Carlos Portinho e a tantos outros parceiros no município. Assumi um compromisso com Barra do Piraí e seguirei trabalhando, destinando recursos e transformando a vida da população barrense, com compromisso, dedicação e muito trabalho", declarou.

Ao final, Katia agradeceu aos parlamentares e aos vereadores que participaram da agenda, ressaltando a importância da união entre os representantes municipais e federais para garantir novos investimentos e melhorias para Barra do Piraí.

DIVULGAÇÃO/PMBP



Áureo, Carlos Portinho e a prefeita Katia Miki

INB se posiciona sobre segurança

Da **Redação**

O potencial do Brasil para ampliar a geração de energia nuclear e a capacidade da indústria nacional de acompanhar esse crescimento foram destacados pelo presidente da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Tomás Albuquerque, durante mesa-redonda promovida pela BloombergNEF, nesta quinta-feira (12), em São Paulo. O encontro reuniu representantes do setor energético nas áreas de commodities, indústria, transporte, tecnologia, finanças e governo, incluindo formuladores de políticas públicas, para discutir as perspectivas da energia nuclear e as oportunidades de desenvolvimento industrial associadas à sua expansão.

Com o tema Global State of Nuclear Energy and the Next Wave of Growth (Panorama Global da Energia Nuclear e a Próxima Onda de Crescimento), o evento contou também com a participação de Vitor Almeida, consultor técnico da área nuclear da J&F; Leonam Guimarães, diretor técnico da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (ABDAN); Suzane Muelbert, analista da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Luiz Silveira, diretor de Comunicações da J&F; e Thiago Teixeira, diretor de Estudos Econômicos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Durante o debate, Tomás Albuquerque ressaltou a posição estratégica da INB na cadeia do combustível nuclear brasileiro. Responsável por atividades que vão da mineração de urânio à fabricação do combustível utilizado nas usinas nucleares do país, a empresa reúne experiência, conhecimento técnico e infraestrutura industrial que constituem uma base importante para acompanhar o crescimento do setor.

O presidente da INB destacou ainda que o Brasil possui a única mina de urânio em produção na América Latina e que o aproveitamento desse potencial pode contribuir para ampliar a autonomia nacional no abastecimento no país.

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 03/2026

1. OBJETO
A AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA submete à Consulta Pública a proposta preliminar da Agenda Regulatória para o biênio 2027/2028.
O objetivo é colher contribuições, subsídios, críticas e sugestões da sociedade civil, agentes regulados, entidades de classe e órgãos públicos para o aprimoramento da atuação normativa da Autarquia.
2. ESTRUTURA DA PROPOSTA DE AGENDA REGULATÓRIA (2027/2028)

Eixo Temático	Ações e Propostas Normativas
Fiscalização	• Manual de Fiscalização para os Consórcios de Resíduos Sólidos • Manual de Fiscalização para Águas de Juturnaíba e Prolagos • Manual de Fiscalização para os 4 Blocos • Manual de Fiscalização para a CEDAE • Manual de Fiscalização para Águas da Condessa, Águas de Pádua, Águas de Paraty e Águas da Imperatriz • Revisar os procedimentos de fiscalização da CEG e CEG Rio referentes à prestação de serviços em postos de GNV • Revisar os procedimentos de fiscalização da CEG e CEG Rio referentes à gestão de investimentos
Marco Saneamento	• Aprimoramento do Caderno de Encargos • Aprimoramento do Regulamento de Serviços • Condições Mínimas de Abastecimento • NR 8 – Metas de Universalização dos 4 Blocos • NR 8 – Metas de Universalização da Prolagos, CAJ e outras • NR 9 – Indicadores Operacionais • NR 11 – Condições Gerais para Prestação dos Serviços • Soluções Alternativas • ICA – Indicador de Continuidade de Abastecimento • Indicadores – IDG • Plano de Contingência • Relatório Operacional • Tarifa Social
Gás Canalizado	• Conta Gráfica • Vistoria de Troca de Titularidade • Uniformização das regras para coparticipação em investimentos de expansão de rede de gás canalizado • Biogás / Biometano • IPG – Inspeção Periódica de Gás • Mercado Livre
Investimentos	• Bens Reversíveis • Reequilíbrio Econômico
Econômicos	• Contabilidade Regulatória • Conta Vinculada • Taxa de Regulação • NR 5 – Matriz de Risco • NR 6 – Modelos de Regulação Tarifária • NR 10 – Metodologia dos Reajustes Tarifários• Seguro e Garantia • Arredondamento • Grandes Contratos • Receitas Acessórias – Resíduos Sólidos • Receitas Acessórias – Saneamento• Demonstrações Financeiras • Revisão Ordinária
Governança e Transparência	• Análise de Impacto Regulatório (AIR)
Resíduos Sólidos	• NR 1 – Cobrança de Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos • NR 7 – Serviços Públicos de Limpeza Urbana

3. PERÍODO E FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Período de Contribuições: De 10/11/2026 até às 18h00 do dia 10/12/2026.
Plataforma Oficial: Exclusivamente via sistema de Participação Social / Portal de Consultas Públicas da AGENERSA.
Documentos para Consulta: Agenda REGULATÓRIA (143997895).
4. ORIENTAÇÕES AOS PARTICIPANTES
Envio por Item: As contribuições devem ser apresentadas de forma individualizada para cada tema e eixo temático.
PROCESSO Nº SEI-480002/007333/2024
Proposição de Novos Temas: Os participantes poderão sugerir temas não listados originalmente, mediante justificativa fundamentada de interesse público, problema regulatório e grau de prioridade.
Formatação de Anexos: Documentos anexos (pareceres, dados técnicos e estudos) devem ser utilizados exclusivamente para fundamentação e não em substituição ao preenchimento dos formulários do sistema.
5. PRÓXIMAS ETAPAS
Após o encerramento do prazo de consulta pública, a AGENERSA elaborará o Relatório de Contribuições, justificando o acatamento ou rejeição das propostas recebidas.
O texto final consolidado será submetido à deliberação do Conselho Diretor para publicação oficial da Agenda Regulatória 2027/2028.

CORREIO
NO MUNDO

REUTERS/FOLHAPRESS



Tensão ocorre antes de eleições locais e reunião da Apec

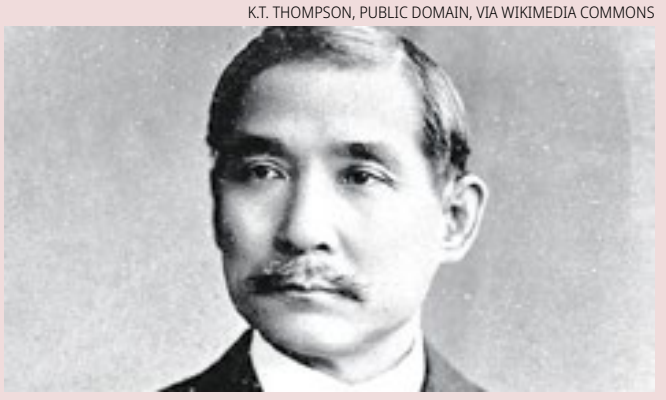
Xi Jinping diz que a reunificação de Taiwan à China é "inevitável"

O dirigente da China, Xi Jinping, afirmou nesta quinta-feira (12) que a reunificação de Taiwan à China é uma missão histórica do Partido Comunista e declarou que o processo será concretizado. A declaração foi rejeitada de maneira firme por Taipé. O discurso ocorre um dia depois de os ministros das Relações Exteriores do G7 criticarem, em declaração conjunta, o aumento da pressão militar e marítima de Pequim sobre a ilha. Em discurso no Grande Salão do Povo, em Pequim, Xi falou que "a maré da história não pode ser detida" e que "a reunificação completa da pátria deve ser alcançada e certamente será alcançada". Afirmou ainda que a China mantém o compromisso com a "reunificação pacífica" e com a política de "um país, dois sistemas", e que está disposta a dialogar desde que seja respeitado o "princípio de uma só China". Todos os chineses, inclusive os que vivem em Taiwan, devem unir esforços contra as forças "separatistas", acrescentou.

Ministério da Defesa detectou aeronaves

Embora Xi não tenha citado o uso da força, opção que Pequim nunca descartou, as Forças Armadas da China operam diariamente ao redor da ilha. O Ministério da Defesa de Taiwan informou ter detectado 29 aeronaves militares chinesas, entre caças J-16 e drones em patrilha ao redor da ilha, realizada em coordenação com navios de guerra chineses. As operações ampliam a preocupação de Taipé com a capacidade chinesa de restringir o acesso marítimo à ilha e às rotas estratégicas da região.

K.T. THOMPSON, PUBLIC DOMAIN, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Xi falou em homenagem aos 160 anos do nascimento de Sun Yat-sen

China considera Taiwan parte de seus domínios

A China considera Taiwan, governada democraticamente, parte de seu território. O modelo de "um país, dois sistemas" não tem apoio de nenhum dos principais partidos taiwaneses. Um porta-voz do Conselho para Assuntos do Continente afirmou que nem o governo nem a população da ilha podem aceitar a fórmula, que significaria submeter-se ao regime autoritário do Partido Comunista. Taiwan considera as águas a leste de seu território fundamentais para o abastecimento por parte de aliados em caso de guerra ou bloqueio.

Discurso em homenagem a Sun Yat-sen

Um eventual cerco marítimo poderia comprometer rotas comerciais e dificultar a chegada de apoio externo. Xi falou em homenagem ao 160º aniversário de nascimento de Sun Yat-sen, líder da revolta de 1911 que pôs fim ao governo imperial e instaurou a República da China. Pequim o considera herói nacional e precursor da revolução comunista de 1949, que levou o governo derrotado da República da China a fugir para Taiwan.

Starlink na Ucrânia

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, afirmou nesta quinta-feira (12) que o Exército enfrenta novas restrições no acesso à internet via satélite Starshield, serviço da SpaceX, de Elon Musk, considerado crucial para as comunicações na linha de frente da guerra. A reclamação não é nova, e vem coincidindo com a aproximação de Trump a Vladimir Putin.

Interrupções diárias

"Nossas unidades registram há vários dias interrupções significativas no funcionamento da Starshield em território ucraniano", declarou nas redes sociais. "Não são erros aleatórios. Isto está ajudando os russos a matar mais ucranianos e a executar ataques mais precisos."
O Starshield é a versão militar da internet Starlink.

Zelenski suspeita

Os primeiros problemas foram relatados pela Ucrânia no mês passado, após Zelenski criticar o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, por seu acordo com a Rússia para a compra de diesel. Naquela ocasião, o serviço ficou vários dias com interrupções antes de ser restabelecido. Trump e Musk negam responsabilidade pelos cortes.

Proximidade com Putin

Já o empresário acusou a Ucrânia de uso indevido da ferramenta. As novas falhas coincidem com a chegada ao Kremlin, nesta quinta, dos enviados americanos Jared Kushner, genro de Trump, e Steve Witkoff, para uma reunião com o presidente da Rússia, Vladimir Putin. O encontro ocorre após dias de tratativas de paz em Abu Dhabi.

Reunião de paz

Os negociadores de Moscou e de Kiev relataram avanços, mas não houve anúncios concretos. Depois de ver Putin, os enviados seguirão para Dublin, onde informarão Zelenski, que está na capital irlandesa para se reunir com líderes europeus. Kushner disse que a reunião desta quinta serviria para buscar avanços, "porque vemos algumas brechas e oportunidades".

Troca de prisioneiros

Segundo ele, há áreas em que os dois lados podem chegar a soluções de compromisso e outras que exigem mais debate, mas as conversas foram "um bom primeiro passo". Ele se recusou a detalhar em quais. Um dos resultados anunciados após as conversas foi um acordo para troca de prisioneiros de guerra, que poderá envolver até 1.200 militares de cada lado.

REUTERS/FOLHAPRESS



Agentes do ICE terão que usar câmeras corporais obrigatórias

EUA batem recorde de prisões e deportações de imigrantes

Trump volta a instrumentalizar o tema da migração após as midterms

Por **Mayara Paixão (Folhapress)**

O governo de Donald Trump anunciou nesta quinta-feira (12) que atingiu recorde de detenções e deportações de imigrantes na história dos Estados Unidos no último ano fiscal (período de 12 meses consecutivos contados de outubro de um ano a setembro do outro). As ações contra imigrantes em situação irregular orquestradas desde que o republicano retornou à Casa Branca e tratadas como uma de suas prioridades nessa segunda gestão já pavimentavam o caminho para esse recorde, agora propagado pelo governo como tentativa de atenuar o fracasso nas eleições de meio de mandato.

O Departamento de Segurança Interna, pasta responsável pelo ICE, a polícia de imigração, disse que no ano fiscal que terminou em setembro mais de 491 mil imigrantes foram detidos, e mais de 483 mil, deportados. Para efeitos de comparação, em 2024, último ano do governo de Joe Biden, foram 113 mil detenções e 271 mil deportações.

Ainda segundo a pasta, cerca de 475 mil dessas detenções são as chamadas "prisões administrativas", ou seja, ocasionadas por processos imigratórios civis, como quando um imigrante permanece no país sem ter um visto válido, não criminais. Isso indica que somente uma minoria é presa por ser acusada ou culpada por crimes.

Na soma, os dois primeiros anos de Trump 2 já levaram à deportação de 1,2 milhão de imigrantes e à prisão de 1,25 milhão. O governo diz que, no total, 3 milhões de imigrantes deixaram o país, contas que são pouco claras. Infere-se que elas incluem imigrantes que decidiram voltar, em teoria voluntariamente, a seus países de origem após serem ameaçados de deportação. Ou, então, que as cifras também consideram os imigrantes expulsos diretamente na fronteira.

O governo tem feito uma ampla campanha de propaganda sobre as deportações e compartilhado nas redes sociais os perfis de imigrantes detidos com acusações criminais, ainda que eles sejam uma minoria.

Ao anunciar o recorde nesta quinta-feira, o governo compartilhou o que chama de exemplos dos "piores ilegais presos pelo ICE". Há um brasileiro na lista.

Embora as ameaças de Trump contra os imigrantes em situação irregular tenham ajudado a levá-lo de volta à Casa Branca nas eleições de 2024, a concretização dessas medidas não foi suficiente para manter seu apoio nas eleições para o Congresso da semana passada. A queda no poder de compra dos americanos difundiu uma insatisfação generalizada.

Trinca de ouro vai da base do Vasco à Seleção Brasileira em apenas quatro anos

Companheiros de Sub-20 no Vasco, Andrey Santos e Marlon Gomes retomam parceria na Amarelinha

Por **Pedro Sobreiro**

RAFAEL RIBEIRO | CBF



Rayan, Marlon Gomes, Andrey Santos e o goleiro Phillipe Gabriel, do atual sub-20 do Vasco, estão representando a Seleção Brasileira nesta Data FIFA

Destaques desde as categorias de base do Vasco da Gama, Andrey Santos e Marlon Gomes são considerados duas das maiores joias do meio-campo do futebol brasileiro. Mais do que só talento bruto, a dupla se destacou desde cedo pelo psicológico forte, característica que fez deles destaques do Cruzmaltino na campanha do acesso para a Série A do Brasileirão em 2022, quando tinham entre 17 e 18 anos de idade.

Andrey se destacou mais cedo, se consagrando como o craque do acesso vascaíno em 2022. Dominando a "volância" como gente grande, o meio-campo logo chamou atenção do futebol europeu e foi comprado pelo Chelsea. Agora no Manchester United, depois de se destacar na França, o volante busca se firmar como um dos pilares da meiuca da Seleção - e quer usar os amistosos desta Data FIFA para isso.

– Para ser sincero, me sinto muito confiante. Acho que esta nova trajetória é muito importante para todos e também para mim, porque ainda sou jovem, tenho apenas 22 anos. Quando falamos da Seleção Brasileira, isso é muito importante para mim, porque sempre sonhei com este momento. Estou muito feliz por estar aqui. Claro que preciso fazer o meu trabalho no clube para poder estar aqui – disse o atleta, em entrevista coletiva em Singapura.

Além de Marlon, Andrey também volta a dividir vestiário com Rayan, outro Cria da Colina, que demorou mais a chegar ao profissional, mas já é figurinha carimbada de Ancelotti nas convocações.

– É motivo de muito orgulho, não só por mim, mas pelos meus companheiros, Marlinho e Rayan. Marlinho e eu moramos juntos no alojamento, crescemos juntos desde a base. Na última convocação, ele me mandou uma mensagem desejando os parabéns, e eu respondi dizendo que logo estaríamos próximos. Não demorou muito e hoje estamos aqui. O Rayan nem se fala. Crescemos juntos. Tivemos a oportunidade de jogar uma Copinha juntos. É um garoto especial e fico muito feliz de estar junto com ele – afirmou.

Craque das seleções de base

Já Marlon Gomes, também na entrevista coletiva, refletiu sobre sua trajetória nas seleções brasileiras de base e disse se sentir em casa na Seleção principal. Entre 2019 e 2024, "Marlinho" atuou nas categorias Sub-16, 17, 18, 20 e 23 da Seleção Brasileira. No entanto, fazia dois anos que ele no vestia a camisa verde e amarela, dado o limite de idade, e isso vinha incomodado. Por isso, sua estreia pelo time principal é tão especial.

– Vivi muito tempo aqui, desde a base. Comecei a frequentar a Seleção com 15 anos, então sempre foi a minha segunda casa. Toda vez que tinha convocação, eu estava, juntamente com o Andrey. Tenho muitos amigos que conheço desde a base e fico muito feliz de poder reencontrá-los e de voltar à Seleção depois de um longo tempo, agora na Seleção Principal – disse o meia, com um largo sorriso no rosto.

Pai muito jovem, aos 15 anos de idade, Marlon transformou a incerteza de um vida sem condições financeiras, em uma promessa: ele viraria jogador de futebol e chegaria à Seleção para mudar as vidas de quem amava.

– Eu era muito novo e não tinha condições financeiras. Quando minha mãe soube, choramos juntos: eu, ela e a mãe da minha filha. Prometi mudar a nossa vida, não só da boca para fora, mas também me tornar um grande jogador e um jovem de respeito que chegaria na Seleção. Cumpri essa promessa – contou.

A Seleção Brasileira encara o Japão às 7h15 (de Brasília) de sábado (14) e vai a campo pela última vez neste ano contra Singapura, na próxima terça (17), às 7h (de Brasília). Ambos os amistosos serão realizados no Estádio Nacional de Singapura.

Red Bull e Racing Bulls estabilizam suas equipes na Fórmula 1

Por **Pedro Sobreiro**

VCARB / RED BULL CONTENT POOL



Arvid Lindblad e Liam Lawson seguirão na Racing Bulls em 2027

Nos últimos anos, a única certeza acerca das equipes da Red Bull na Fórmula 1 era a vaga do tetracampeão mundial Max Verstappen na Red Bull Racing. Desde a saída de Daniel Ricciardo da RB, em 2018, Max já teve seis companheiros de equipe diferentes. O mais notável foi o mexicano Sergio Pérez, que desempenhou papel defensivo impecável de 2021 a 2024, justamente as temporadas que Max conquistou o campeonato de pilotos.

Porém, nos outros anos, o segundo assento da escuderia rodou entre pilotos como Pierre Gasly, Alexander Albon, Liam Lawson e Yuki Tsunoda até chegar ao jovem Isack Hadjar. Desempenhando bom papel como segundo piloto, Hadjar conquistou seus pódios e o mais importante: não atrapalhou Max. Com isso, ele está com vaga garantida para 2027. Um feito desde a saída de Pérez.

Na Racing Bulls, equipe secundária da marca, as mudanças de piloto foram tão grandes quanto as mudanças de nome da antiga Toro Rosso, passou a se chamar AlphaTauri e agora é a Racing Bulls.

Com uma temporada bastante regular em 2026, a equipe anunciou a renovação com Liam Lawson e Arvid Lindblad para 2027. Parece que as equipes da Red Bull enfim encontraram a sonhada estabilidade no campeonato.

Congresso muda orçamento pela Copa do Mundo Feminina

Por **Lucas Pordeus León (Agência Brasil)**

O Congresso Nacional aprovou, na quinta (12), projeto de lei que flexibiliza regras fiscais e orçamentárias para a realização da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027, no Brasil entre 24 de junho e 25 de julho. De autoria da Presidência da República, o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 5 de 2026 prevê exceções pontuais a algumas regras Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre os pontos que podem ser flexibilizados, estão a proibição de criação de novas despesas obrigatórias em 2026; exigência de comprovação de que despesas continuadas não comprometem o cumprimento da meta fiscal; apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro; restrição à contratação de novo empréstimo quando houver outro da mesma natureza ainda não quitado; limitações à ampliação, à prorrogação ou à extensão de benefícios tributários.

Trata-se de evento de grande envergadura internacional, cujo planejamento e execução demandam a adoção tempestiva de providências de natureza jurídica, administrativa e orçamentária, justificou o relator Luiz Gastão (PSD-CE).

Estudo da FGV Projetos, encomendado pela Embratur, calcula que o torneio tem potencial para movimentar cerca de R$ 8,8 bilhões no país, com criação de 73 mil empregos, entre vagas diretas e indiretas. Os pesquisadores estimam que cerca de 2 milhões de pessoas devem acompanhar o campeonato, o que fortalece setores como hotelaria, transporte, alimentação e comércio.

DIVULGAÇÃO



O cavaleiro José Luiz Guimarães de Carvalho será uma das atrações do concurso na SHB.

Hípica do Rio comemora 88 ANOS *com concurso de salto nacional e* R$ 550 MIL EM PREMIAÇÕES

Evento terá participação de atleta olímpico e campeões brasileiros e internacionais

Da **Redação**

Um concurso de salto nacional e internacional, reunindo cavaleiro olímpico e campeões no Brasil e no exterior, vai comemorar – de quarta-feira a domingo – o 88º aniversário da Sociedade Hípica Brasileira, no Rio. Com entrada franca, 18 provas programadas e obstáculos de até 1,60 metro, a competição vai distribuir R$ 550 mil em premiações ao longo dos cinco dias de disputa.

Estarão na Pista Roberto Marinho estrelas como o atleta olímpico José Roberto Reynoso Fernandez Filho, medalha de ouro por equipes no Time Brasil nos Jogos Sul-Americanos (Odesur), em setembro, na Argentina. Sócio da SHB, Reynoso é o atual líder do ranking sênior top da Confederação Brasileira de Hipismo. Outro destaque do Concurso de Salto Nacional e Internacional 88º Aniversário da SHB será o cavaleiro José Luiz Guimarães de Carvalho, que conquistou o segundo lugar individual no Odesur deste ano. Zé Luiz foi o vencedor do Grande Prêmio Internacional disputado em 2025 na SHB.

NOMES CONFIRMADOS

Cavaleiros da casa estarão presentes, como Rodrigo Lima, Thiago Mattos, Tiago Mesquita e Luciana Lóssio, vencedora em 2026 do GP do CSI 2*, em Wellington (EUA), considerada uma das etapas mais disputadas do circuito internacional de salto. Outra sócia e amazona que marcará presença, recém-chegada de temporada na Europa, é Stephanie Macieira, que venceu o GP Troféu Roberto Marinho disputado na Sociedade Hípica Brasileira em 2024. Novos talentos como Theo Jordão e Bernardo Guerra – recém-chegados e vencedores do Sul-Americano de Juniores - também estão inscritos no concurso que começa nesta quarta-feira.

SEIS PROVAS EM DESTAQUE

Na quarta-feira, a partir das 15h, será disputada a Prova FSB Comunicação (1,35m), com premiação de R$ 25 mil. Na quinta, o destaque fica com a Prova BTG Pactual (1,40m), a partir de 16h, com R$ 35 mil em prêmios. Sexta-feira, a Prova Santo Antônio (1,50m), a partir das 17h, terá premiação de R$ 70 mil, sendo seguida da Copa Ouro Shopping Leblon (1,40m), às 19h, com R$ 60 mil em prêmios. No sábado, a partir de 17h, a disputa será pela premiação de R$ 100 mil do Clássico G-Tech (1,45m), e, no domingo, às 14h, haverá a disputa do GP 88º Aniversário da SHB (1,55m/1,60m), que vai premiar os atletas mais bem colocados com R$ 230 mil.

SHOWS MUSICAIS, LEILÕES E EXPOSIÇÃO

O concurso de salto terá atrações também fora da pista. Na quinta-feira, às 20h, haverá um show gratuito com o cantor, compositor e multi-instrumentista brasileiro Tibí. Na sexta-feira, a partir das 20h30, o Happy Hour Shopping Leblon vai oferecer, também com entrada franca, um show com a cantora Camilla Marotti, que participou do programa The Voice Brasil 2026.

No sábado, às 20h, haverá o leilão Dejet One, reunindo uma seleção especial de cavalos de alto desempenho. Para o domingo, está programado um leilão beneficente, após as provas da manhã. A exposição "Galopando pela História", oferecida pela G-Tech, estará aberta de quarta a domingo tendo como tema os 88 anos da Sociedade Hípica Brasileira.

O Concurso de Salto Nacional e Internacional 88º Aniversário da SHB tem como patrocinadores a Coudelaria Santo Antônio, o BTG Pactual, o Shopping Leblon, a FSB Comunicação, a Fundação Cesar Morani, a G-Tech, a Diferencial, a ALA Solutions e a Vila Hípica Verona, e conta com o apoio da Cachaça da Quinta, Crepes Bon Profit, Giorno Bagno, Injoy Suítes, Jotabê Pizzaria, Maison du Cavalier, Malta Beef Club, Miss Noir, Pineapple, Revista Esporte Equestre, Royal Horse e Rituaali Clínica & Spa.

VINICIUS LUMMERTZ
Ex-ministro do Turismo e ex-presidente da Embratur

O Brasil está organizado contra o trabalho

Empregar custa caro, trabalhar rende pouco e parte da precarização produzida pelo próprio modelo econômico é atribuída apenas às relações de trabalho. Chamamos de empreendedorismo a luta de milhões pela sobrevivência. É preciso nomear a realidade. Na virada do século, como diretor técnico do Sebrae Nacional, participei da implantação no Brasil do Global Entrepreneurship Monitor (GEM). A pesquisa distinguia o empreendedorismo por oportunidade daquele por necessidade. Uma coisa é criar uma empresa para inovar e crescer; outra é trabalhar por conta própria porque não se encontrou alternativa.

O país celebra suas taxas de empreendedorismo, mas parte delas traduz o que poderíamos chamar de necessitismo: a necessidade de obter renda, não necessariamente a vocação de empreender. Confundir as duas situações produz estatísticas reconfortantes e políticas insuficientes. O desafio é transformar a sobrevivência em oportunidade, não apresentá-la como sucesso empresarial. Mais de 100 milhões de brasileiros estão ocupados.

Entretanto, milhões trabalham por conta própria ou na informalidade, sem renda estável ou proteção suficiente. Ocupação não é sinônimo de prosperidade. Fora dela, há também estudantes, cuidadores e desalentados. A distância entre o custo de contratar e o poder de compra do salário é reveladora. Encargos e benefícios elevam a despesa empresarial; parte deles corresponde a direitos legítimos, como férias, 13º salário, FGTS e previdência, que não devem ser confundidos com impostos.

Do outro lado, descontos sobre a renda, tributação do consumo e crédito caro reduzem o que o trabalhador pode comprar. O sistema cobra muito de quem emprega e devolve pouco a quem trabalha. A baixa produtividade tem causas dentro das empresas: capital, tecnologia, qualificação; e fora delas: infraestrutura precária, burocracia, insegurança jurídica, tributação complexa e juros elevados. Os spreads bancários refletem inadimplência, tributos, riscos e custos, mas também concorrência e eficiência. Não são inevitáveis.

Mesmo empresas produtivas pagam o preço dessas distorções. A renda baixa restringe a poupança; o crédito caro limita o investimento; a produtividade estagnada dificulta melhores salários. Nas pequenas empresas, capital de giro oneroso, exigências complexas e clientes endividados completam o círculo. Renegociar dívidas não substitui investimento. Há duas deformações da linguagem. A primeira é falar de precarização como se ela decorresse apenas das escolhas dos empregadores, ignorando a contribuição do próprio modelo institucional.

A segunda é chamar de empreendedorismo qualquer atividade independente, inclusive a exercida por falta de opção. O uso conveniente das palavras permite reconhecer as consequências sem assumir suas causas. É o conforto da impotência: todos lamentam o problema, enquanto a estrutura que o reproduz permanece intacta. Schumpeter associou o empreendedor à inovação; William Baumol mostrou como as instituições orientam a iniciativa econômica; Amartya Sen vinculou desenvolvimento à liberdade real. Importa menos quantos negócios abrem do que a possibilidade de escolher, produzir e crescer.

O espírito do tempo aponta para autonomia e flexibilidade. Quando jovens dizem querer um negócio próprio, é preciso perguntar: querem ser empresários ou desejam mais liberdade sobre seu tempo e sua vida? O debate sobre a escala 6x1 revela essa inquietação, mas não esgota suas respostas. Reduzir jornadas pode ser legítimo; impor soluções uniformes sem ouvir os trabalhadores é insuficiente. Perguntem aos jovens o que querem. E ofereçam alternativas reais. A reforma trabalhista de 2017 foi um passo, não um ponto final. Proponho um novo trabalhismo, expressão histórica brasileira à qual cabe dar outro significado: aproximar liberdade econômica e segurança social. A CLT precisa ser uma escolha atraente, não uma imposição nem um regime do qual se foge.

Emprego formal, trabalho autônomo, plataformas e empreendedorismo exigem regras adequadas às suas diferenças, mas direitos essenciais que acompanhem as pessoas: previdência, proteção contra acidentes e acesso à qualificação. Equalizar proteção não é uniformizar o trabalho. Essa síntese entre liberalismo e trabalhismo exige reconhecer a cidadania econômica.

Direitos políticos e sociais são indispensáveis, mas não substituem a capacidade de ganhar a vida, poupar, investir e construir patrimônio. Liberdade para trabalhar com segurança significa que a autonomia seja escolha, não imposição da pobreza. Reorganizar o Brasil a favor do trabalho é enfrentar as estruturas que limitam seus resultados, em vez de continuar administrando suas consequências.

ARNALDO NISKIER
Membro da Academia Brasileira de Letras

A vulnerabilidade física na era dos sabotadores invisíveis

A recente e estarrecedora onda de ataques cibernéticos a redes de supermercados em diversos países europeus — como Bélgica, Suécia, Luxemburgo, Finlândia, Irlanda e Estônia — acende um sinal de alerta vermelho sobre a segurança de nossas infraestruturas mais essenciais.Em episódios de gravidade inédita, hackers invadiram os sistemas de tecnologia operacional que regem o resfriamento de grandes estabelecimentos varejistas, alterando remotamente os parâmetros de refrigeradores e subindo a temperatura dos congeladores para impensáveis 50º Celsius.O resultado imediato dessa sabotagem invisível foi a perda massiva de toneladas de mantimentos e o descarte compulsório de alimentos de primeira necessidade, atingindo desde gigantes como AholdDelhaize, Carrefour e Spar até a rede sueca Coop e unidades da Ikea.

Trata-se de um fenômeno que transcende os marcos tradicionais do crime digital. Não nos encontramos mais perante a mera extorsão financeira por meio do sequestro de dados ou do roubo de informações confidenciais de clientes. O que se desenha é a invasão direta da chamada tecnologia operacional, o ecossistema invisível de sensores, atuadores e controladores que governa os equipamentos físicos do nosso cotidiano.

Ao transformar congeladores de alimentos em verdadeiras estufas de destruição no meio da madrugada, os agressores demonstraram como a hiperconexão de dispositivos genéricos e a ausência de atualizações contínuas de segurança podem converter utilidades domésticas e comerciais em armas de desestabilização econômica.

O mistério que envolve a autoria desses ataques — não reivindicados por qualquer grupo ou Estado — aprofunda a inquietação da sociedade contemporânea.A facilidade com que redes distribuídas em múltiplos países foram neutralizadas simultaneamente expõe a fragilidade dos países que terceirizaram a gestão de suas cadeias de suprimento e automação sem o devido respaldo de salvaguardas soberanas. A segurança alimentar, pilar inegociável da dignidade de qualquer povo, vê-se subitamente refém da manipulação de códigos à distância, colocando em xeque a estabilidade do abastecimento das grandes metrópoles.

Esta ameaça impõe uma imediata e severa revisão nos protocolos globais de cibersegurança e governança tecnológica.

Não basta celebrar as facilidades da automação digital sem erigir barreiras de proteção capazes de deter a sanha dos sabotadores do progresso. As nações soberanas e o setor produtivo têm o dever de resguardar o bem-estar dos cidadãos, garantindo que os avanços do ecossistema conectado sirvam para proteger a vida, o trabalho e a ordem social, em vez de expor a humanidade à incerteza e ao caos de um colapso infraestrutural iminente.

ALEXANDRE GARCIA
Jornalista e comentarista de política

Mácula no Supremo

Sem ter tido iniciativa da ação, a Procuradoria da República sugeriu e o Presidente do Supremo arquivou o Inquérito do Fim do Mundo - assim tão bem batizado pelo Ministro Marco Aurélio Mello, o único a discordar dele, quando o plenário STF, já decorridos 15 meses de arbítrios, confirmou a esdrúxula criação do então presidente Dias Toffoli. Ainda não estavam no Supremo Mendonça, Nunes Marques, Dino e Zanin. Foi 10 a 1. Em defesa própria. A Suprema Corte decidindo em causa própria. E sem iniciativa do Ministério Público, contrariando o que determina os art. 127 e 129 da Constituição de que o STF deveria ser guardião. Para investigar calúnias, agressões verbais, ameaças nas redes sociais, contra ministros do próprio Supremo.

Em 14 de março de 2019, o ministro Dias Toffoli recorreu ao artigo 43 do Regimento Interno do STF, derrogado em 1988 pela Constituição, como se fosse um inquérito administrativo doméstico para investigar hostilidades ocorridas no interior das dependências da Corte. O ofendido é que abriu o inquérito; o ofendido é que mandou investigar; o ofendido é que julgou; o ofendido é que restringiu liberdades, censurou, bloqueou, condenou.

A maioria dos investigados não detinham foro no Supremo. Desses, a Corte não era o juiz natural, também contrariando cláusula pétrea - art. 5º LIII - da Constituição - isso já anula tudo mais, desde a origem. Ao longo de sete anos e 8 meses perpetraram-se arbitrariedades que agrediram o devido processo legal. O inquérito foi prorrogado no mínimo por 15 vezes. Arquive-se o inquérito mas os atingidos não serão desarquivados de prisões, de bloqueios que sofreram, da supressão de direitos fundamentais.

A marcha para o arquivamento começou em 9 de setembro, quando o presidente do STF, Ministro Fachin, tirou a relatoria de Alexandre de Moraes, que a recebera de Toffoli sem sorteio. E tudo isso foi reprovado por apenas um dos 11 ministros guardiões da Constituição e do estado de direito. Para quem não esteja auto-alienado, isso é um escândalo. Para quem tem formação mínima de cidadania, portanto de defesa do estado de direito, isso é um escândalo, por mais exercícios verbais que se façam, é um escândalo.

Mas escândalo maior é constatar que a nação, a cidadania, as instituições, os meios de comunicação, tenham sido capazes de conviver com isso, com uma passividade cúmplice e subserviente. Ressalve-se que a Procuradora Geral Raquel Dodge mandou arquivar isso no mês seguinte à criação e Moraes recusou-se; um mês depois, a pedido da Rede, voltou a pedir; a OAB pediu no ano seguinte. O Supremo manteve. Liberdades e democracia se perdem assim.

Ontem, o Ministro OG Fernandes deixou o Judiciário, após 45 anos, dos quais 18 no Superior Tribunal de Justiça. Relator de investigações de corrupção no Judiciário, ele disse ao Estadão que a corrupção é ainda mais grave quando praticada no Judiciário. A Constituição, no art. 101 exige para ministro do Supremo, “reputação ilibada”. Essa questão moral se soma aos desvios cometidos por razões políticas. Pessoas que juraram cumprir e defender a Constituição corroeram instituições que deveriam ser pilares do Direito, garantia das liberdades. Ontem, 10 de novembro, fez 89 anos a imposição da ditadura do Estado Novo; no 13 de dezembro próximo o AI-5 terá 58 anos. Como eles, o 14 de março de 2019 ficará marcado como nódoa no calendário da História do Brasil. E do Supremo.

Recursos para Angra 3 seguem para sanção

Congresso provou créditos de R$ 314,4 milhões para a Eletronuclear

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



Um dos projetos abre crédito de R$ 24,4 milhões para reforçar o orçamento de seis agências reguladoras

Da **Redação**

O Congresso Nacional aprovou, em sessão conjunta nesta quinta-feira (12), créditos de R$ 314,4 milhões para a Eletronuclear, responsável pela construção da usina nuclear Angra 3, e para seis agências reguladoras federais. As propostas estão previstas nos Projetos de Lei do Congresso Nacional, que seguem para sanção presidencial.

O PLN 5/2026 abre crédito suplementar de R$ 24,4 milhões para reforçar o orçamento de seis agências reguladoras. A maior parcela, de R$ 11,3 milhões, será destinada à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para recompor os orçamentos e manter as atividades.

Também receberão recursos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com R$ 4,2 milhões; a Agência Nacional de Mineração (ANM), com R$ 3,8 milhões; a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com R$ 3,4 milhões; e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com R$ 1,7 milhão.

Os recursos provêm do cancelamento de despesas previstas para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de ajustes nas fontes de financiamento das agências. Segundo o relatório do deputado Ricardo Barros (PP-PR), a medida não aumenta o total de despesas nem compromete a meta fiscal de 2026. O parecer foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 11 de agosto, sem alterações, após apresentação pelo deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), relator ad hoc.

ELETRONUCLEAR

O PLN 25/2026 destina R$ 290 milhões à Eletronuclear para antecipar, ainda em 2026, despesas de contratos relacionados à implantação da usina Angra 3. Os recursos serão utilizados em contratos de fornecimento de equipamentos e serviços de engenharia. A medida também permitirá o encerramento de contratos e busca reduzir o risco de disputas judiciais que poderiam comprometer o cronograma da obra.

Segundo o relatório do deputado Hugo Leal (PSD-RJ), aprovado pela CMO na quarta-feira (11), o crédito será financiado com recursos gerados pela própria Eletronuclear, sem impacto sobre a meta de resultado primário das empresas estatais federais.

VOTAÇÃO NOMINAL

A aprovação do PLN 25 ocorreu após dois pedidos apresentados durante a sessão conjunta. O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) solicitou a votação separada da proposta. Em seguida, o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) pediu a verificação da votação, o que levou à votação nominal na Câmara dos Deputados. O projeto recebeu 261 votos favoráveis e 155 contrários. No Senado, a votação foi simbólica.

Durante a discussão, o deputado Gilson Marques (Novo-SC) criticou a antecipação dos recursos e questionou a prioridade dada à despesa diante da situação fiscal do país.

— Primeiro que não faz sentido você antecipar um gasto para esse ano, que já está no final, no valor de 290 milhões de reais de um governo que se diz preocupado de quanto que vai ter de déficit — afirmou.

O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), por sua vez, defendeu a proposta como parte dos esforços para a retomada de Angra 3. Ele lembrou que a obra está paralisada desde 2015, consumiu R$ 21 bilhões e tem 66% concluída. Segundo ele, a conclusão da obra usina permitirá abastecer 4,5 milhões de residências. "A obra parada custa por ano para os cofres públicos do Brasil um bilhão de reais", disse.

Petrobras amplia capacidade de onze plataformas

Da **Redação**

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, destacou a eficiência operacional da companhia ao ampliar a capacidade de produção de 11 plataformas em 282 mil barris de óleo por dia. Segundo ela, os dados reforçam o resultado positivo do terceiro trimestre de 2026, período em que a estatal lucrou quase R$ 40 bilhões.

Magda disse que o aumento da produção impulsiona a autossuficiência e a posição do Brasil entre os maiores produtores de petróleo.

"O que nós estamos fazendo é, nada mais, nada menos, do que antecipar a produção dessa capacidade estendida em quatro anos. É uma antecipação de produção de 280 mil barris de petróleo por dia que a gente já tem hoje licenciado. Esse número é gigantesco e completamente inimaginável", disse.

A presidente também informou que a Petrobras tem ampliado o refino que espera alcançar a autossuficiência de diesel até 2031. No terceiro trimestre, a companhia produziu 769.000 barris por dia de diesel.

"Assim, garantimos o espaço do diesel no mercado brasileiro para Petrobras de uma forma absolutamente relevante, em um momento de grave crise e instabilidade geopolítica externa", disse Magda. "Isso sem as refinarias do Amazonas, Rio Grande do Norte e Bahia que foram vendidas num passado recente. Se nós ainda tivéssemos essas três, talvez já fossemos autossuficientes".

ALESP



Companhia aponta avanço na oferta de petróleo e diesel no 3º trimestre

RESULTADOS DO 3º TRIMESTRE

Na terça-feira (10), a Petrobras divulgou os resultados do 3º trimestre de 2026. A estatal atingiu lucro líquido de R$ 39,8 bilhões, que corresponde à alta de 21,5% na comparação com o mesmo período do ano passado. O balanço informa que o fluxo de caixa operacional (FCO) alcançou R$ 61,8 bilhões (US$ 12 bilhões), um crescimento de 15% em doze meses.

Em 2026, a Petrobras bateu recorde trimestral na produção de óleo por três vezes, de forma sequencial. Além disso,11 plataformas foram autorizadas a produzir, com segurança, acima da capacidade original sem investimento extra nas unidades de produção.

As vendas de derivados no mercado interno alcançaram 1.854 milhões de barris de petróleo por dia (mbpd) no trimestre, o maior volume desde o terceiro trimestre de 2021 e o melhor resultado com o atual parque de refino. Foi registrado também recorde trimestral na produção de diesel, de 769 mbpd. Já a produção total de derivados atingiu 1.873 mbpd no período. No terceiro trimestre, o montante de investimento chegou a R$ 33 bilhões (US$ 6,4 bilhões).

CORREIO DO APOSENTADO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Voto mantém contagem de dez anos durante análise de pedido

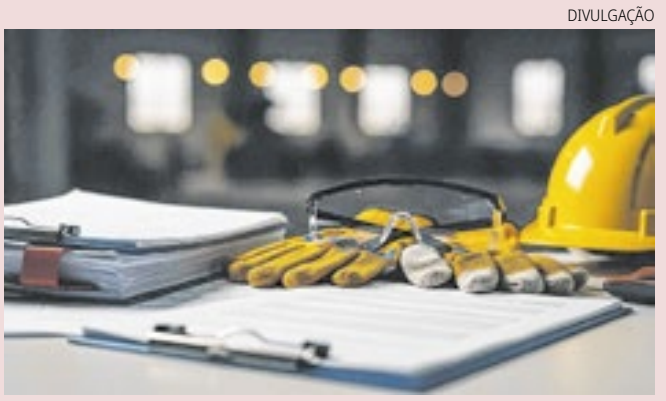
STJ analisa prazo de 10 anos para revisão de aposentadorias

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a analisar se o prazo de dez anos para revisar benefícios previdenciários continua correndo enquanto o INSS examina um pedido administrativo. No Tema 1.370, o relator, ministro Gurgel de Faria, votou pelo entendimento de que existe um único prazo decadencial, que não é suspenso nem reiniciado pela solicitação feita ao Instituto. Na prática, se essa posição prevalecer, o segurado poderá perder o direito de recorrer à Justiça caso os dez anos se esgotem durante a espera pela resposta administrativa. O julgamento foi suspenso após pedido de vista da ministra Regina Helena Costa. A decisão poderá orientar processos semelhantes em todo o país. Enquanto não houver conclusão, permanece sem definição a tese que será adotada pelo tribunal. Especialistas alertam que a discussão exige atenção dos aposentados que aguardam respostas do INSS.

Previdência vai atualizar regras sobre doenças

O Ministério da Previdência Social abriu, em 9 de novembro, consulta pública sobre a nova metodologia do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). A proposta busca atualizar a relação entre atividades econômicas e doenças associadas ao trabalho. O instrumento auxilia na identificação do vínculo entre a atividade profissional e o adoecimento, com reflexos no reconhecimento de benefícios por acidentes e doenças ocupacionais. As contribuições podem ser enviadas até 11 de dezembro, pela plataforma Brasil Participativo.

DIVULGAÇÃO



Consulta vai atualizar critérios de doenças relacionadas ao trabalho

Benefícios rurais somam R$ 1,47 bi no Maranhão

O INSS informou que os benefícios previdenciários rurais movimentaram R$ 1,47 bilhão no Maranhão em outubro. No período, foram registrados 911.646 pagamentos. A aposentadoria por idade rural é uma das principais modalidades dessa proteção e contempla agricultores familiares, pescadores artesanais e outros trabalhadores enquadrados como segurados especiais. Para ter direito, é necessário comprovar, em regra, 180 meses de atividade rural. A idade mínima é de 55 anos para mulheres e 60 para homens.

Política promete acelerar ações previdenciárias

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, uma política nacional para agilizar processos previdenciários e assistenciais. Até 30 de setembro, havia mais de 4,4 milhões de ações pendentes no país. A iniciativa prevê integração de sistemas, cooperação entre órgãos e o programa AceleraPrev, com plano de ações para o período de 2027 a 2029. A proposta também busca reduzir a judicialização.

Venda de precatórios

O Superior Tribunal de Justiça realizará, em 25 de novembro, audiência pública para discutir a possibilidade de transferência de créditos previdenciários inscritos em precatórios. O Tema 1.418 também envolve o controle judicial da regularidade dessas negociações. O debate busca esclarecer os limites legais das operações e proteger os interesses dos segurados.

Pessoas com deficiência

O STJ marcou para 19 de novembro audiência pública sobre a aplicação de prazos de prescrição e decadência contra pessoas com deficiência mental ou intelectual. A discussão envolve os efeitos do Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre a proteção jurídica. O objetivo é reunir especialistas e instituições para subsidiar a análise da controvérsia pelo tribunal.

Fiscalização de contratos

O INSS recebeu certificado do Ministério da Gestão e da Inovação pelo desenvolvimento de uma ferramenta de fiscalização automática de contratos. A solução foi aprovada em avaliação do projeto-piloto de transformação digital do governo federal. A tecnologia busca aprimorar o acompanhamento dos serviços contratados e mecanismos de controle.

Análise do Atestmed

Segurados que tiveram o auxílio por incapacidade temporária negado pelo Atestmed podem solicitar uma segunda análise em até dez dias. A medida permite complementar documentos médicos, e a reavaliação será feita por outro perito. A iniciativa busca corrigir possíveis falhas na avaliação inicial e ampliar as possibilidades do benefício.

Licitação da Central 135

O INSS abriu pregão para contratar serviços de atendimento da Central 135 em todo o país. A licitação tem valor estimado de R$ 6,7 milhões e contempla atendimento telefônico e por canais digitais. O serviço é utilizado por segurados para obter informações sobre benefícios, agendamentos, requerimentos e outros procedimentos relacionados à Previdência Social.

Serviços do PrevBarco

Pela primeira vez, o INSS realiza atendimento pelo PrevBarco no sul do Amapá. A açãosegue até 20 de novembro, contempla moradores de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e da comunidade de Jarilândia, com serviços e orientações previdenciárias. A iniciativa busca facilitar o acesso de populações ribeirinhas aos serviços do Instituto.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Decisão poderá beneficiar segurados que interromperam contribuições

Desempregados poderão manter proteção do INSS por mais tempo

Decisão permite reutilizar período de graça de 2 anos sem mais contribuições

Por **Raphaela Cordeiro**

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que já realizaram mais de 120 contribuições mensais, sem perder a qualidade de segurado nesse período, poderão utilizar novamente a extensão do chamado período de graça, mesmo após perder essa condição e retornar ao sistema previdenciário. A decisão, tomada na quarta-feira (11), dispensa a necessidade de cumprir outro ciclo de dez anos de recolhimentos.

O julgamento ocorreu no Tema 1.352 dos recursos repetitivos, relatado pelo ministro Paulo Sérgio Domingues. A controvérsia discutia se o direito à prorrogação do período de graça, conquistado após mais de 120 contribuições, poderia ser utilizado mais de uma vez ou se seria necessário completar novamente o mesmo período. O colegiado acompanhou o relator, que considerou que a legislação não estabelece essa limitação.

O período de graça é o intervalo em que o trabalhador mantém a qualidade de segurado do INSS mesmo sem realizar pagamentos à Previdência. Em regra, o prazo é de 12 meses após a interrupção das contribuições. Para quem possui mais de 120 recolhimentos mensais sem perda da qualidade de segurado, a legislação permite ampliar esse período para 24 meses. Com a decisão, essa extensão poderá ser reutilizada, mesmo após a perda da condição de segurado e posterior retorno ao sistema, sem a exigência de novas 120 contribuições.

O prazo pode chegar a 36 meses para trabalhadores que também comprovem desemprego involuntário, conforme as condições previstas na legislação. A extensão adicional de 12 meses depende de comprovação da situação, que pode ser feita por diferentes meios de prova, não se limitando ao registro em órgãos oficiais.

Durante o julgamento, o INSS defendeu a reutilização da extensão apenas enquanto o segurado não perdesse essa condição. O tribunal, entretanto, reconheceu que o direito permanece mesmo após a perda da qualidade de segurado, desde que o requisito contributivo tenha sido cumprido anteriormente. O entendimento poderá ser aplicado a trabalhadores que retomaram os recolhimentos após períodos de desemprego.

Prefeitura apresenta Plano Verão 2026/2027 com R$ 3,5 bilhões em investimentos

Para reduzir os impactos das chuvas, Prefeitura aposta em obras estruturantes e monitoramento 24h

Por **Déborah Gama**

O prefeito Eduardo Cavaliere apresentou, nesta quinta-feira (12), no Centro de Operações e Resiliência (COR-Rio), o Plano Verão 2026/2027, conjunto de medidas que prepara a capital fluminense para o período de chuvas intensas. A iniciativa reúne monitoramento meteorológico permanente, reforço nos serviços de limpeza e conservação, obras de drenagem, contenção de encostas e integração dos órgãos municipais.

Os esforços em resiliência somam cerca de R$ 3,5 bilhões em investimentos, sendo aproximadamente R$ 1,9 bilhão proveniente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, além de R$ 40 milhões previstos pelo município para futuras intervenções de drenagem.

A preparação da cidade foi antecipada em julho devido às previsões climáticas sob influência do fenômeno El Niño, que indicam temperaturas elevadas, ondas de calor e tempestades. O verão oficial começa em 21 de dezembro e segue até 20 de março.

"Em 20 de julho, o Rio se tornou a primeira capital do Brasil a anunciar medidas em relação ao super El Niño. Todos nossos órgãos já tem uma estratégia anual que se aprimora para o verão. Esse ano a gente antecipou esses efeitos do Plano Verão, que envolve uma mobilização maior de efetivo, mais recursos, mais equipamentos, mais gente, mais pronta-resposta. Hoje é um reforço do que já foi apresentado", explicou Eduardo Cavaliere.

DIVULGAÇÃO



O Morro da Caixa D'Água é um dos que receberam obra de contenção de encostas

Entre julho e novembro de 2026, o município acumulou 558,6 milímetros de chuva, um aumento de 117,57% em relação ao mesmo período de 2025. Setembro e outubro registraram os maiores volumes da série histórica do Alerta Rio, iniciada em 1997, com destaques para Alto da Boa Vista (1.105,4 mm), Rocinha (1.097,2 mm) e Jardim Botânico (915,8 mm).

"Estamos num ano atípico. O volume de alertas e ações que a população acompanhou já é fruto dessa antecipação de esforços. A gente disse que os meses de agosto, setembro, outubro seriam atípicos e isso se confirmou. O mundo está em alerta em relação ao Super El Niño", completou o prefeito.

MONITORAMENTO INTEGRADO

O COR-Rio atua de forma ininterrupta com 16 estações meteorológicas, 116 pluviômetros, dois radares e 21 sensores de nível de rios, além de parceria com a NASA para monitorar encostas.

A cidade opera com 50 protocolos integrados a 50 agências, 165 sirenes em 104 comunidades e planos de bloqueio para 19 vias sujeitas a alagamentos ou ressacas. O sistema conta ainda com os piscinões das praças da Bandeira, Vanhargem e Niterói, o desvio do Rio Joana e alertas via aplicativo COR.Rio, SMS (40199), WhatsApp e tecnologia Cell Broadcast.

OBRAS DE CONTENÇÃO E PREVENÇÃO DE DESLIZAMENTOS

Desde 2021, a Prefeitura realizou 381 frentes de obras de contenção de encostas e mantém 128 intervenções ativas. Em 2026, os aportes somam R$ 158 milhões — R$ 113 milhões municipais e R$ 45 milhões do PAC —, com previsão de entrega de 31 obras até dezembro.

Para os próximos dois anos, o programa prevê mais R$ 258 milhões para reduzir riscos geológicos.

Na frente de limpeza preventiva, as operações Moto Ralo e Ralo Limpo removeram 270 toneladas de resíduos das redes pluviais, enquanto a Comlurb limpou 176.866 caixas de ralo e realizou 179.094 podas de árvores em 2026.

A limpeza e desassoreamento de rios e canais também foi foco. Mais de 358 mil toneladas de resíduos foram retiradas de mais de 112 quilômetros de cursos d'água, com destaque para o Rio Acari. As ações incluem ainda a recuperação de margens de rios da cidade e a revitalização das comportas da Rua General Garzon, na Lagoa.

Obras urbanas previnem e combatem alagamentos

Por **Déborah Gama**

O plano contempla obras estruturantes em regiões críticas. Na Zona Norte, o PAC Acari amplia a calha de 3,8 quilômetros do Rio Acari, beneficiando 80 mil moradores de nove bairros.

Em Realengo, serão construídos um piscinão para 20 milhões de litros e cinco quilômetros de redes de drenagem, além da canalização do Rio Piraquara, atendendo 205 mil pessoas.

No Jardim Maravilha, em Guaratiba, um dique e piscinões para 231 milhões de litros beneficiam 30 mil moradores.

Na Avenida Brasil, foram instalados 70 megarralos e 86 ralos convencionais, enquanto Campo Grande ganha cinco reservatórios no Villagio Campinho com capacidade para 7,4 milhões de litros.

DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DO RIO



Canalização do Rio Piraquara, em Realengo, Zona Oeste do Rio

As ações de urbanização integram o pacote de resiliência. No Morar Carioca do Aço, o investimento de R$ 300,9 milhões urbaniza 15 ruas e entrega 576 apartamentos mobiliados, beneficiando mais de 496 famílias.

Já no Complexo do Alemão, R$ 210 milhões custeiam drenagem de águas pluviais, contenção de encostas, redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além da construção de 192 moradias e a implantação do Parque Everest.

Na Maré, R$ 172 milhões viabilizam o Parque Linear da Vila dos Pinheiros, com mais de 13 mil m² destinados ao lazer, esporte e convivência, além de melhorias na Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Timbau e Praia de Inhaúma.

Pelo programa Bairro Maravilha, que soma R$ 1,1 bilhão desde 2021, 75 localidades já foram urbanizadas e 42 frentes seguem em execução, incluindo entregas na Favela Santa Maura, em Jacarepaguá, além de Bangu, Padre Miguel e Santíssimo. Também estão em andamento obras nas favelas Murundu e Parque Real, em Bangu e Padre Miguel.

E para garantir ainda mais proteção e qualidade de vida nas áreas contempladas, a rede de Ecopontos cresceu de 45 para 127 unidades, rumo à meta de 150 equipamentos. A Prefeitura intensificou também a limpeza de valas, canaletas e escadarias em comunidades, além dos serviços especializados de limpeza de encostas.

CORREIO DA BAIXADA

POR **PEDRO SILVESTRE**

DIVULGAÇÃO/PMNI



Regime de Cobrança oferece condições especiais para contribuintes

Nova Iguaçu lança programa para regularização de dívidas

A Prefeitura de Nova Iguaçu lançou o Regime de Cobrança Diferenciada, uma iniciativa que oferece condições especiais para contribuintes regularizarem suas dívidas com o município. Nesta primeira fase, pessoas físicas e jurídicas com débitos inscritos em dívida ativa, mas que ainda não foram objeto de execução fiscal, poderão obter descontos de 50% sobre juros e multas. O prazo para aproveitar o benefício teve início na terça-feira (10) e é de 120 dias. A medida contempla dívidas tributárias e não tributárias, desde que tenham origem anterior a 19 de outubro de 2026 e estejam inscritas em dívida ativa até 10 de novembro deste ano. O pagamento poderá ser feito à vista ou parcelado em até 12 vezes. Para aderir, o contribuinte deverá pagar uma entrada correspondente a, no mínimo, 20% do valor atualizado da dívida, já com os descontos aplicados.

Concessionária faz obra em Nova Iguaçu

A Águas do Rio finalizou a pavimentação de 1.200 metros da Rua Bernardino de Melo, no bairro Caonze. A intervenção foi realizada entre as ruas Irmão Maurício, no limite com o município de Mesquita, e Progressista, e fez parte de um acordo entre o governo municipal e a concessionária para recuperar completamente o trecho, danificado por intervenções nas redes de abastecimento de água feitas pela empresa ao longo do ano. O objetivo é melhorar as condições de tráfego e oferecer mais segurança .

DIVULGAÇÃO/PMNI



Equipes realizaram a fresagem do asfalto comprometido

Entrega de óculos gratuito

A Prefeitura de Duque de Caxias realizou, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, mais uma entrega de óculos gratuitos do programa Visão Caxiense. Desta vez, foram entregues 2.400 óculos, contemplando milhares pacientes acompanhados pelo programa no município. A entrega aconteceu nessa quarta-feira (11/11), na Nova Arena da Baixada, em Santa Cruz da Serra e contou com as presenças do prefeito Netinho Reis e da secretária de Saúde, Célia Serrano.

Programa foi criado em junho deste ano

Desde a sua criação, em junho de 2026, o programa Visão Caxiense já entregou mais de 12 mil e 200 óculos. Os pacientes são convocados por mensagem enviada pelo WhatsApp e, caso queiram, podem acompanhar o processo de confecção e de entrega dos óculos, por intermédio do link visaocaxiense.com.br . A previsão da prefeitura é que 33 mil óculos sejam entregues no decorrer do programa.

Segurança no trânsito

A Prefeitura de São João de Meriti realizou uma aula de educação no trânsito para alunos da Escola Municipal Jansen Ferreira de Melo. A atividade aconteceu na sede da corporação e proporcionou às crianças uma experiência prática de aprendizado, com bicicletas e orientações sobre comportamentos seguros no trânsito.

Onças-pardas

A Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Bem-Estar Animal de Seropédica divulgou esclarecimentos sobre a presença de onças-pardas nas proximidades das APAs do Catumbi e do Cambraia. Segundo o órgão, a circulação desses animais é considerada natural, já que as áreas fazem parte do bioma Mata Atlântica.

Orientações

A prefeitura orienta ainda sobre medidas diante de possíveis avistamentos de onças-pardas. Entre as recomendações estão manter animais domésticos protegidos, evitar deixar restos de alimentos expostos e conservar quintais limpos. Em caso de avistamento, não se aproximar, não correr e recuar lentamente para um local seguro.

Matrículas

A Prefeitura de Belford Roxo publicou o calendário de matrículas escolares e estabeleceu normas e procedimentos na Rede de Ensino, para ingresso e permanência dos estudantes, conforme calendário de matrícula para o ano letivo de 2027. A rede municipal de Educação conta atualmente com cerca de 45 mil alunos.

Igualdade racial

Duque de Caxias será palco, no próximo dia 14, do 2º Fórum Intermunicipal de Conselhos de Promoção da Igualdade Racial. Promovido pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial e Étnica de Duque de Caxias, o encontro acontecerá das 9h às 13h, no Teatro Armando Melo.

Geração de renda

Uma oportunidade para moradores do Parque Suécia, Wona e bairros vizinhos de Belford Roxo foi apresentada pelo secretário de Assistência Social e Cidadania, Diogo Bastos: a realização de Cursos de Geração de Renda. Há vagas para cursos de maquiagem, manicure, design de sobrancelhas, barbearia, escovista e corte, trancista, entre outros.

DIVULGAÇÃO/PDC



Agentes de Combate às Endemias ampliam visitas domiciliares

Duque de Caxias inicia reforço de combate ao Aedes aegypti

Município antecipa mobilização com levantamento do índice de infestação

Da **Redação**

Duque de Caxias sai na frente mais uma vez nas ações de prevenção e combate às arboviroses. A prefeitura, por meio da Superintendência de Vigilância Ambiental, Vetores e Zoonoses (SVAVZ), inicia, nesta semana, o Levantamento Rápido de Índices para Aedes aegypti (LIRAa), importante ferramenta utilizada para identificar a presença e a distribuição de focos do mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya.

Durante o mês de novembro, dedicado à intensificação das ações de combate a essas doenças, o município também vai reforçar o trabalho de campo, ampliando as visitas domiciliares realizadas pelos Agentes de Combate às Endemias (ACEs). As equipes percorrerão diferentes regiões da cidade, orientando os moradores, identificando possíveis criadouros e adotando medidas preventivas para evitar a proliferação do mosquito.

Outra frente importante será a realização de vistorias em todos os cemitérios de Duque de Caxias. Após a grande movimentação registrada no Dia de Finados, no início do mês, a preocupação é com o aumento de vasos de plantas, recipientes e outros objetos que podem acumular água e transformar-se em criadouros do Aedes aegypti. As equipes farão inspeções para identificar e eliminar possíveis focos, além de orientar sobre os cuidados necessários.

O superintendente de Vigilância Ambiental, Vetores e Zoonoses, Zé do Amendoim, destacou a importância da mobilização neste período.

"Também teremos um olhar especial para os cemitérios, que receberam um grande número de visitantes no Dia de Finados e que precisam passar por vistorias para evitar o acúmulo de água em vasos e recipientes. Nossos objetivos são agir preventivamente, ampliar a presença dos agentes nas ruas e proteger a saúde da população", ressaltou Zé do Amendoim.

A prefeitura reforça que o combate ao mosquito depende também da participação dos moradores. A orientação é verificar regularmente quintais, caixas d'água, vasos de plantas, calhas e qualquer recipiente que possa acumular água. A eliminação dos criadouros é uma das principais medidas para impedir a reprodução do mosquito e reduzir o risco de transmissão das doenças.

CORREIO DO VALE

POR **ANA LUIZA ROSSI**

DIVULGAÇÃO/PAULINHO DO RAIO-X



Paulinho do Raio-X se reuniu com secretário da Casa Civil

Vereador de VR trata BR-393 e acesso para o Hospital Regional no DF

O vereador de Volta Redonda, Paulinho do Raio-X, cumpriu agenda nesta quinta-feira (12), em Brasília, onde se reuniu com o secretário da Casa Civil para tratar de duas importantes demandas de infraestrutura e mobilidade para o Sul Fluminense: as condições da BR-393 (Rodovia Lúcio Meira) e a proposta de construção de um viaduto ligando a Rodovia Presidente Dutra ao Hospital Regional do Médio Paraíba. Durante o encontro, o parlamentar apresentou preocupações relacionadas às condições da BR-393, destacando a necessidade de investimentos em infraestrutura, manutenção e segurança viária. A rodovia desempenha papel importante na mobilidade regional, sendo utilizada diariamente por motoristas, trabalhadores e transportadores. Outro ponto abordado foi a proposta de construção de um viaduto que permita uma ligação mais direta entre a Via Dutra e o Hospital Regional.

Mais segurança e mais urgência

A iniciativa busca melhorar as condições de acesso à unidade hospitalar, especialmente para ambulâncias, pacientes e profissionais de saúde. “A BR-393 precisa de melhorias que garantam mais segurança para quem utiliza a rodovia diariamente. Da mesma forma, precisamos avançar na discussão sobre um acesso mais adequado ao Hospital Regional. Quando falamos de ambulâncias e atendimentos de urgência, cada minuto pode fazer a diferença”, afirma Paulinho.

ARQUIVO/ANA LUIZA ROSSI



Rodovia do Aço segue sem concessão após caducidade de contrato

Audiência pública sobre a Rodovia do Aço

Além das articulações em Brasília, Paulinho do Raio-X reforçou o convite para a audiência pública que será realizada no próximo dia 26 de novembro, na UGB, em Volta Redonda, para discutir as condições da BR-393 e ouvir as preocupações da sociedade. O encontro será uma oportunidade para reunir representantes do poder público, usuários da rodovia e moradores da região em um debate sobre os problemas enfrentados e os possíveis encaminhamentos para melhorias na via.

Participação é fundamental, diz vereador

“Quero convidar toda a população de Volta Redonda e do Sul Fluminense para participar dessa audiência pública. Precisamos ouvir quem utiliza a BR-393 todos os dias, conhecer suas dificuldades e construir um debate sério sobre as melhorias necessárias. A participação da sociedade é fundamental para que essas demandas recebam a atenção que merecem”, afirmou o vereador.

Animais soltos

A Câmara Municipal de Angra dos Reis anunciou que fará uma Audiência Pública com o tema “Animais soltos em vias públicas e penalidades”. O encontro será realizado no dia 25 de novembro e o objetivo promover o debate sobre a presença de animais soltos nas vias públicas, especialmente equinos, abordando os riscos à segurança.

Ampliação de perícia

O Detran RJ disponibiliza desde esta quinta-feira (12) o atendimento de perícia médica em posto fixo no município de Volta Redonda. A iniciativa amplia a oferta do serviço no interior do estado e pela primeira vez, o departamento passa a oferecer esse tipo de serviço fora da sede, substituindo o modelo de mutirões volantes.

Dez vagas por dia

O serviço será realizado às quintas-feiras, com 10 vagas por dia, no Shopping Park Sul, localizado na Rodovia dos Metalúrgicos, 1.189, no bairro São Geraldo. A unidade também beneficiará moradores de municípios da região Sul Fluminense, como Barra Mansa, Barra do Piraí, Pinheiral, Piraí, Resende, Itatiaia e Porto Real.

Descentralização

A quantidade de atendimentos poderá ser ampliada de acordo com a demanda. Para o presidente do Detran RJ, Carlos Eduardo Sarmento, a oferta representa um avanço. “Estamos levando a perícia médica para mais perto da população do interior. Os cidadãos passam a contar com mais regularidade”, disse.

Como solicitar

O primeiro passo é abrir um processo administrativo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com o assunto “Solicitação de Perícia Médica”. Após a análise da documentação e do processo administrativo, o cidadão receberá as orientações para o agendamento da perícia, conforme a disponibilidade.

Documentações

O requerimento deve conter um requerimento de solicitação de perícia médica; documento de identificação válido; CPF; comprovante de residência; laudo médico emitido há pelo menos 6 meses, contendo CID, tipo e grau de deficiência. “A iniciativa que amplia o acesso aos serviços do Detran e beneficia diretamente quem precisa”, concluiu Sarmento.

REPRODUÇÃO/PMV



Mensagem foi aprovada no governo do então prefeito Fernandinho Graça

Supremo julga inconstitucional lei sobre cargos em Valença

Lei previa o aproveitamento de consultor jurídico mas fere regras sobre concurso

Da **Redação**

O Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu parcialmente o recurso da OAB-RJ e declarou inconstitucional o dispositivo de uma lei municipal de Valença que determinava a transferência automática de antigos consultores jurídicos para o cargo de analista de procuradoria. Segundo decisão do Ministro Kassio Nunes Marques, a passagem para o cargo de analista de procuradoria violou a regra constitucional do Concurso Público.

A decisão proferida (ARE 1.626.017) reformou parcialmente acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), que havia julgado improcedente a representação de inconstitucionalidade proposta pela entidade.

Ao recorrer no Supremo, a OAB-RJ sustentou que os cargos tinham atribuições e requisitos de ingresso distintos: o cargo de consultor jurídico exigia inscrição na Ordem e incluía atividades de consultoria, controle de legalidade e emissão de pareceres. Já para o cargo de analista de procuradora, a lei exige formação superior em Direito, porém sem a obrigatoriedade de inscrição na OAB, e prevê funções de apoio como pesquisa, análise de processos e colaboração na elaboração de minutas sob supervisão de um procurador.

O relator entendeu que as atribuições dos dois cargos eram substancialmente diferentes e que a manutenção da jornada, da estrutura remuneratória e do nível de escolaridade era insuficiente para justificar a transferência. A decisão aplicou a regra constitucional do concurso público e a Súmula Vinculante nº 43 do STF.

ENTENDA A LEI

O artigo 6º da Lei Complementar municipal nº 274/2024 previa o aproveitamento imediato e exclusivo dos antigos consultores como analistas. Justamente este dispositivo foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após recurso da OAB-RJ.

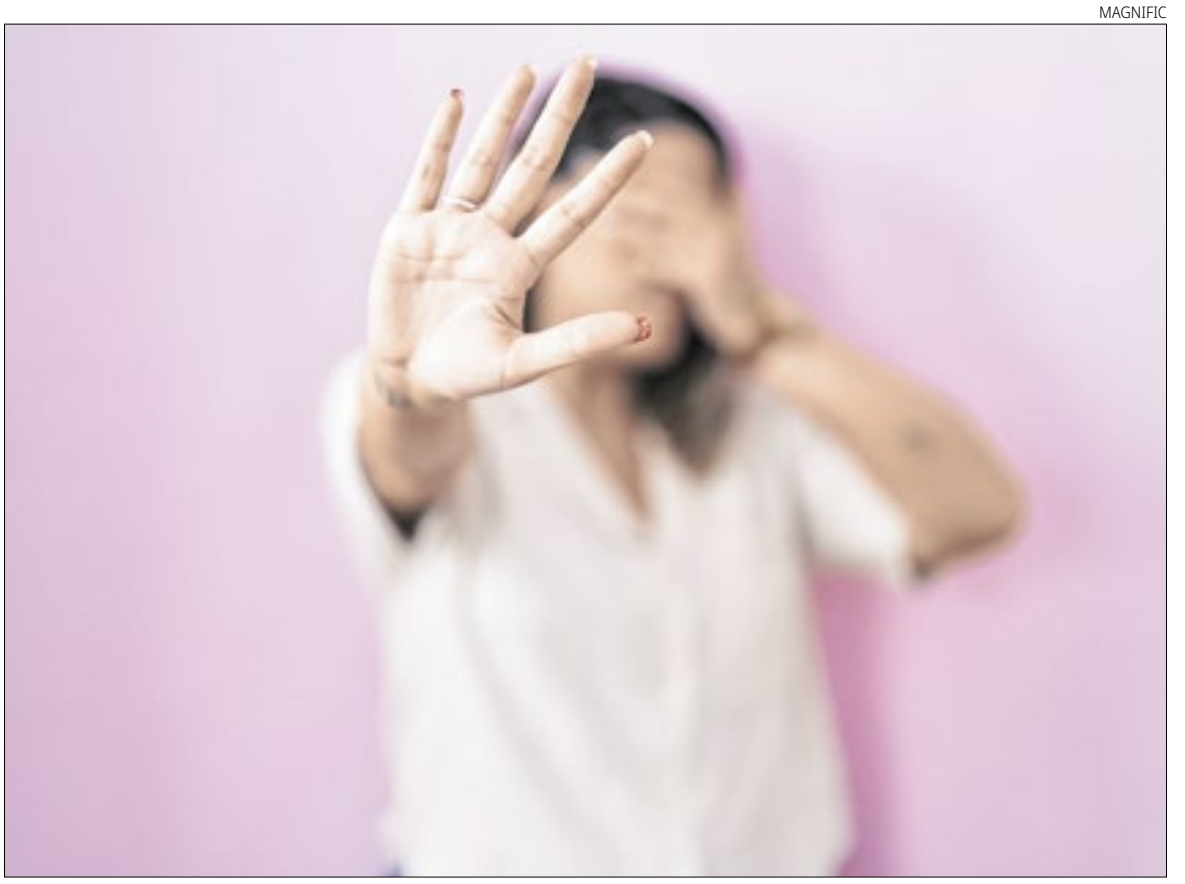
A Lei Complementar que previa as modificações na estrutura da Procuradoria-Geral do Município de Valença - responsável por criar o provimento efetivo de Analista de Procuradoria - foi aprovada na Câmara Municipal de Valença após mensagem do então prefeito Fernandinho Graça, em 2024.

Plataforma 'Ela Protegida' irá reforçar combate à violência contra mulheres

Ferramenta digital gratuita e sigilosa que amplia os canais de acolhimento, orientação e proteção

Da **Redação**

MAGNIFIC



Plataforma reúne informações sobre serviços que integram a rede de enfrentamento à violência contra a mulher

A Prefeitura de Macaé lança, no próximo dia 23 de novembro (segunda-feira), a plataforma Ela Protegida, uma ferramenta digital gratuita e sigilosa que amplia os canais de acolhimento, orientação e proteção às mulheres. A iniciativa representa mais um avanço nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no município, ao facilitar o acesso das vítimas e também de pessoas que tenham conhecimento de situações de violência à rede de atendimento.

A disponibilização da ferramenta é resultado de uma contratação realizada pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, responsável também por articular a integração da plataforma aos serviços municipais. O objetivo é aproximar a população dos equipamentos públicos de atendimento, fortalecendo o acolhimento e ampliando as possibilidades de orientação e encaminhamento.

REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

A plataforma reúne informações sobre os serviços que integram a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, como o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), o Espaço Mulher Cidadã Erosita França Leclerc, a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Coordenadoria de Patrulha Maria da Penha e a 123ª Delegacia de Polícia Civil.

O sistema poderá ser acessado por dispositivos eletrônicos, como celulares e computadores, e contará com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência. Entre as funcionalidades estão o registro discreto de denúncias de violência doméstica e extrafamiliar, inclusive em ambientes como o trabalho e o transporte público, além de canal de orientação, avaliação automatizada de risco e integração com os serviços municipais.

REDE DE PROTEÇÃO ACESSÍVEL

A ferramenta também prevê apoio integrado, facilitando a conexão das mulheres com os atendimentos psicológico, social e jurídico disponíveis na rede de proteção. O acesso é totalmente gratuito para as usuárias. De acordo com a secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Quelen Rezende, a divulgação da nova ferramenta é fundamental para ampliar o alcance dos serviços e garantir que mais pessoas conheçam os caminhos disponíveis para buscar ajuda.

A secretária destaca que a iniciativa busca melhorar o atendimento à população, tornando a rede de proteção mais acessível e fortalecendo o enfrentamento à violência contra a mulher. Também está prevista uma parceria com a Secretaria de Mobilidade Urbana, que disponibilizará espaços para divulgação da plataforma, ampliando o acesso da população às informações sobre o serviço.

CASOS DIVERSOS

A violência contra a mulher é um problema presente em diferentes regiões do Brasil e pode ocorrer em diversos ambientes, como em casa, no trabalho e em espaços públicos. Entre os principais tipos estão a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

Os casos podem envolver agressões, ameaças, humilhações, controle financeiro e outras formas de violência. Muitas vítimas enfrentam dificuldades para denunciar, seja por medo, dependência financeira ou ameaças.

No Brasil, a Lei Maria da Penha estabelece medidas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Os casos podem ser denunciados por meio dos canais oficiais, como o Ligue 180.

Espetáculo Águas Dançantes estreia oficialmente em Macaé no dia 27

Da **Redação**

BRUNO CAMPOS/ PMM



Ao todo, serão 27 apresentações até 3 de janeiro de 2027

A montagem da estrutura para o espetáculo Águas Dançantes, no bairro Pecado, uma das atrações do Natal Magia, avança. A abertura oficial será no dia 27 deste mês. Ao todo, serão 27 apresentações até 3 de janeiro de 2027, três delas inclusivas, com som adaptativo. Os horários serão às 21h, durante a semana, e às 20h, nos finais de semana.

As apresentações têm, em média, 20 minutos, com jatos d'água sincronizados, músicas natalinas, projeções em painéis de LED, iluminação colorida, lasers e efeitos pirotécnicos.

Este ano, uma das novidades será a implantação de uma barreira digital para controlar o acesso de veículos ao bairro durante os horários das atrações. Além disso, os veículos deverão estar devidamente cadastrados para entrar na área controlada.

O Natal Magia ainda contará com a Vila do Papai Noel, na Praia Campista, com a abertura oficial programada para o dia 26. As equipes também já atuam nas montagens das estruturas a todo vapor. A programação contará com espetáculo de drones, além de apresentações culturais.

Mostra de Ciência e Tecnologia reúne pesquisas de projetos

Da **Redação**

A produção científica desenvolvida por estudantes e professores da rede municipal está entre os destaques da III Mostra de Ciência e Tecnologia, realizada nesta quarta (11) e quinta (12), no Centro de Convenções da UENF. As atividades dos programas Mais Ciência e Mais Ciência na Escola incluem debates sobre questões ambientais, oficinas temáticas, premiações e apresentações de trabalhos de iniciação científica, aproximando a pesquisa de diferentes etapas da educação.

A abertura da premiação do Mais Ciência na Escola contou com a subsecretária de Ciência e Tecnologia, Anna Karina Oviedo, e do assessor Especial de Governança Estratégica do Gabinete do Prefeito, Sérgio Cunha, que representou o prefeito Frederico Paes. Anna Karina frisou que o incentivo à pesquisa científica do programa é fundamental, "principalmente por incentivar as jovens estudantes que elas podem fazer a diferença como pesquisadoras". Sérgio Cunha reforçou esse valor, apontando que "é muito importante incentivar a criança, (0:34) desde pequena, a ter contato com a ciência, porque essa criança será incentivada a adquirir mais e mais conhecimento e caminhar por ideias criativas".

O primeiro dia do evento concentrou a programação da manhã à premiação dos trabalhos selecionados na XII Feira Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e na VII Feira de Ciências dos Anos Iniciais.

MARCELO MARAGNI / RED BULL CONTENT POOL



Neste domingo, super-heróis, personagens de games e ícones do cinema descem a Avenida Pompeia em 37 carrinhos sem motor no Red Bull Ladeira Abaixo

‘CORRIDA MALUCA’ *da vida real retorna a São Paulo*

Red Bull Ladeira Abaixo - Edição Geek reúne participantes de todo o Brasil para descer a Av. Pompeia em carrinhos sem motor

Por **Pedro Sobreiro**

Neste domingo (15), São Paulo receberá um dos eventos mais inusitados e divertidos do calendário da cidade. Após receber o GP de Fórmula 1 na última semana, a ‘Terra da Garoa’ agora se prepara para o desfile dos pilotos mais corajosos e divertidos de todo o Brasil no Red Bull Ladeira Abaixo - Edição Geek.

Evento tradicionalíssimo da marca de energéticos mundo afora, o Ladeira Abaixo volta a São Paulo após a edição de 2024 dar o que falar com carrinhos sem motor que extraem ao máximo a criatividade de pilotos corajosos dos quatro cantos do país.

Com início marcado para as 9h deste domingo, o evento reunirá 37 equipes de diferentes cidades do Brasil, que vão encarar a descida com carrinhos sem motor, mas cheios de personalidade, humor e referências da cultura pop, que é o grande diferencial da etapa brasileira.

A prova será realizada na Avenida Pompeia, com percurso que passa pelas ruas Estevão Barbosa, Afonso Bovero e Guiara. Entre os projetos que vão para a pista estão releituras de clássicos como Super Mario Bros., Sonic, Família Adams, Shrek, Star Trek, One Piece, Jurassic Park, Scooby-Doo, Irmão do Jorel e Clash Royale. As equipes vêm de estados de todo o Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Ceará.

COMO FUNCIONA?

Na prática, a competição é muito próxima de uma brincadeira de carrinho de rolimã. Os participantes devem construir seus veículos de forma criativa e aerodinâmica para que a força da gravidade realize o resto do trabalho. Ao longo do percurso, os pilotos terão de desviar de obstáculos e até mesmo saltar de rampas. Por isso, é importante que os carros aguentem o tranco. Entre curvas, surpresas e muita adrenalina, os pilotos vão precisar de habilidade, sangue-frio e, convenhamos, uma ajudinha da sorte para chegar inteiros ao final.

REPRODUÇÃO / RED BULL LADEIRA ABAIXO



Carrinhos como o Mc Verstappen prometem agitar a Avenida Pompéia

SEGUNDA EDIÇÃO GEEK CONSECUTIVA

Esta será a nona edição do Red Bull Ladeira Abaixo no Brasil, que soma mais de 150 etapas ao redor do mundo, e também a segunda consecutiva com a temática Geek na cidade. Em 2024, a primeira edição Geek reuniu 45 mil pessoas nas ruas de São Paulo, e a expectativa é que a Avenida Pompeia receba um grande público para acompanhar de perto a criatividade e a irreverência que já são marcas da competição.

JÚRI DE PESO

O júri deste ano será formado pela atleta Red Bull Gabs, e pelos influenciadores Brino, Bea Pozzebon e Load Comics. Essa turma vai avaliar velocidade, criatividade e performance de cada equipe, que precisa apresentar uma encenação antes da largada. A disputa ainda conta com a presença dos atletas Red Bull Sandro Dias, Pedro Scooby, Lucas Chumbo e Lucas Fink, que também vão descer a ladeira e acompanham a competição de perto.

PROCESSO TRABALHOSO, MAS DIVERTIDO

O Red Bull Ladeira Abaixo costuma atrair atenção porque mistura a criatividade com a engenharia. No caso da equipe Bulls Of Radiator Springs, que vai levar à ladeira o Mc Verstappen, que mistura o carro Relâmpago McQueen com o piloto de Fórmula 1 Max Verstappen, a equipe é composta por quatro estudantes de Engenharia Mecânica e uma de Engenharia Química, que embarcaram nessa aventura a convite do coordenador do curso. O grupo se uniu e nasceu essa experiência trabalhosa, mas divertida.

– A parte estrutural foi bem tranquila, pois na faculdade temos aulas de solda e cálculo de estrutura. O maior desafio foi a parte estética, a “fantasia” do carrinho. O mais marcante foi colocar um baita esforço no projeto e ver que ele ficou literalmente igual ao carrinho de referência – disse o líder da equipe.

HORÁRIO E INGRESSOS

Para receber o evento, a região terá interdições a partir das 23h de sábado (14) em trechos da Avenida Pompeia e das ruas Francisco Bayardo, Gonzaga Duque, Coari, Cajaíba, Mutuparana e Ambuás, além de interdições parciais em trechos da Avenida Afonso Bovero, com liberação prevista para às 5h de segunda-feira (16). A orientação é priorizar o transporte público, com as estações Vila Madalena e Sumaré do metrô como opções de acesso. A entrada no evento é feita mediante retirada de ingressos pela Sympla e o acesso está sujeito à lotação do local, por isso a recomendação é chegar cedo. Os portões abrem para o público às 9h, com um DJ comandando a festa no event car, e a primeira descida acontece às 9h30.

Para quem não conseguir acompanhar de perto, a ge tv fará a transmissão oficial do evento, das 10h às 14h. João Pedro Sgarbi e Sofia Miranda comandarão a apresentação, com os repórteres Luan Iaconis e Carol Maloca, levando toda a energia da Avenida Pompeia para quem estiver em casa, no canal da ge tv no youtube.